



PROPOSTA N.º 1

**Assunto: Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021.**

O Município de Barcelos, com referência a 31 de dezembro de 2021, tem participação num total de 21 entidades, com diversas naturezas e diferentes objetivos.

Referir que as entidades participadas pelo Município da Barcelos podem ser subdivididas, do seguinte modo: 5 entidades societárias e 16 entidades não societárias.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Contas Consolidadas, mais propriamente no seu artigo 76º.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, diploma que aprova o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), passou a existir um novo conjunto de normas, designadamente para a consolidação, a respeitar e disciplinar o tratamento contabilístico.

De referir que as presentes Contas Consolidadas foram elaboradas com respeito pelos normativos em vigor.

O Município de Barcelos, embora faça parte de um número elevado de entidades, só consolida contas com a Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC), dada a existência de controlo, determinação e poder, conforme resulta dos estatutos aprovados.

Na sequência da aprovação das contas individuais de cada uma das entidades, foram elaboradas as Contas Consolidadas do exercício económico-financeiro de 2021.

Em obediência ao disposto na alínea j), do nº 1, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais apresentam-se, em anexo, as Contas Consolidadas, que constituem parte integrante desta proposta e se dão por reproduzidas.

Assim, **propõe-se** a aprovação e envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, as Contas Consolidadas, conforme estabelecido na alínea i), do nº 1, do art.º 33, conjugado com a alínea l), do nº 2, do art.º 25, ambos do Anexo, do atrás citado diploma, Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Barcelos, 08 de junho de 2022.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

*Mário Constantino Lopes*  
(Mário Constantino Lopes, Dr.)

*Reunião Extraordinária 13/06/2022*  
*Deliberação em folha anexa.*



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 13.06.2022**

**Proposta Nº 1**

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**

**O Sr. Vereador Dr. Horácio Barra, na qualidade de porta-voz dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, fez a seguinte declaração de voto:**

**“Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a presente proposta atento o caráter formal e técnico do documento “Contas Consolidadas do Exercício de 2021” e na pressuposição de que foram cumpridas todas as normas contabilísticas aplicáveis.”**



2021



# CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS



BARCELOS  
MUNICÍPIO

## ÍNDICE

<b>I RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO .....</b>	<b>3</b>
1 INTRODUÇÃO .....	4
2 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....	4
2.1 Apresentação das entidades consolidadas .....	6
3 METODOLOGIA.....	7
4 ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL.....	8
4.1 Análise do Balanço consolidado.....	8
4.2 Demonstração de resultados .....	12
4.3 Dívida a Terceiros .....	15
4.4 Rácios .....	17
4.5 Análise Orçamental .....	17
<b>II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>18</b>
5 BALANÇO CONSOLIDADO.....	19
6 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS .....	21
7 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	22
8 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA .....	24
9 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	26
<b>III DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....</b>	<b>76</b>
10 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	77
11 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA.....	78
12 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS .....	79



*[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the name 'Felipe']*

I

# RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

## 1 INTRODUÇÃO

Desde 2010 que o Município de Barcelos apresenta contas consolidadas, sendo que à data as regras de consolidação não se encontravam definidas em termos tão objetivos como atualmente.

No que respeita ao perímetro de consolidação do Município como entidade mãe, é de referir, que até 2015 era composto por duas empresas municipais, a Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC) e a Empresa Municipal de Desporto, E.M. (EMD).

Esta alteração do perímetro de consolidação não originou grande impacto na entidade consolidante, o Município de Barcelos, na medida em que a dissolução da EMD passou pela sua internalização no Município, portanto, apenas a atividade deixou de ser desenvolvida por uma entidade jurídica diferente do Município de Barcelos.

Atualmente a consolidação de contas rege-se pelo disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e pelo decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Mais concretamente, nos termos do artigo 75º do RFALEI e da Norma Contabilística Pública n.º 22 (NCP22), o **grupo autárquico** é composto pelo **Município** e pelas **entidades controladas**, de forma direta ou indireta, sendo que as condições para aferição da existência de controlo sobre entidades participadas estão expressas na legislação citada.

Em resumo, o **perímetro de consolidação de contas** resulta da verificação da **existência de controlo, determinação e poder** sobre a entidade participada, pelo que da análise objetiva dos pressupostos para a consolidação de contas, concluímos que apenas a **Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC)** cumpre tais requisitos.

## 2 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Barcelos, a 31 de dezembro de 2021 em maior ou menor grau, participa num total de 21 entidades, com distintos desígnios sociais e de diferentes naturezas jurídicas, 5 societárias e 16 não societárias, como pode ser observado no quadro abaixo.



**ENTIDADES SOCIETÁRIAS**

Entidade Participada		Tipo de Entidade (3)	CAE (4)	Capital (5)	Valor nominal Subscrito (6)	%	Valor nominal realizado (7)	Meios monetários (montante) (8)	Em espécie (montante)	Exercício de controle
Denominação (1)	N.I.P.C. (2)									
1	Águas do Norte, S.A.	SA	37002	108 095 468,00 €	1 560 000,00 €	1,40%	1 560 000,00 €	1 560 000,00 €		Não
2	Cooperativa Elétrica do Vale D'Este	SC	35130	15 000,00 €	250,00 €	1,67%	250,00 €	250,00 €		Não
3	Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	EM	80422	250 000,00 €	250 000,00 €	100,00%	250 000,00 €	250 000,00 €		Sim
4	Municipia, EM, S.A.	SA	71120	3 236 678,67 €	4 985,01 €	0,15%	4 985,01 €	4 985,01 €		Não
5	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	SA	38212	2 500 000,00 €	442 500,00 €	17,70%	442 500,00 €	442 500,00 €		Não

**ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**

ENTIDADE PARTICIPADA		Tipo de Entidade (3)	CAE (4)	Capital Estatutário (5)	Contribuição			Exercício de Controle (9)	
Denominação (1)	N.I.P.C. (2)				Em 2021 (6)	Forma de Realização			
						Meios Monetários (7)	Em Espécie (8)		
1	Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	ASU	94995	0,00	0,00	0,00			Não
2	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	AMFE	91331	0,00	0,00	0,00			Não
3	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AMFE	94995	0,00	7.500,00	7.500,00			Não
4	Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	94110	0,00	6 071,80	6 071,80			Não
5	Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	AM	94995	646 878,96	76.585,00	76.585,00			Não
6	Fundação de Serralves	FCU	91020	13 217 364,26	20.910,00	20.910,00			Não
7	Turismo do Porto e Norte de Portugal	OQA	84123	2 284 950,37	1 500,00	1 500,00			Não
8	RECEVIN – Rede Europeia das Cidades do Vinho	AM	91333	0,00	0,00	0,00			Não
9	Agência Energia do Cávado	AM	94995	0,00	6.087,27	6.087,27			Não
10	CIAB – Centro de Informação e Arbitragem de Braga	OQA	94995	70 000,00	9 635,64	9 656,64			Não
11	Associação internacional de Cidades Educadoras	AM	91333	-	715,00	715,00			Não
12	Confraria do Vinho Verde	ASU	94110	0,00	249,40	249,40			Não
13	Associação Educacional, Social e Recreativa de Form. Perm. Barcelos Sênior	ASU	85420	0,00	23.324,00	23.324,00			Não
14	Fundo de Apoio Municipal	FSA	84114	417 857 175,00	94.132,25	94.132,25			Não
15	ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	ASU	94995	-	0,00	0,00			Não
16	Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	ASU	94991	-	0,00	0,00			Não

Da análise da informação contida no quadro acima, verifica-se também como a importância da participação ou contribuição é diferenciada.

De referir que no exercício não ocorreu nenhuma alteração substancial relativamente ao ano anterior, apenas mencionar que o Fundo de Apoio Municipal foi "reclassificado" para o quadro das Entidades não Societárias, por se considerar ser este o enquadramento mais adequado para esta entidade.

Dos normativos em vigor, designadamente da NCP22 e da RFALEI, e fazendo o enquadramento de cada uma das entidades participadas pelo Município, no que respeita ao **exercício de controlo**, no sentido de poder e determinação, a **única entidade** que cumpre os requisitos base para consolidação é a **Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (EMEC)**.

Assim o **perímetro** de consolidação financeira é composto pelo **Município de Barcelos** e a **EMEC**

A EMEC é **detida** na totalidade pelo Município de Barcelos, e, portanto, controla a **100%**.

## 2.1 APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC)

A EMEC foi constituída em 31 de agosto de 1999, ao abrigo da Lei n.º58/98, de 18 de agosto, diploma que criou as Empresas Municipais. Atualmente vigora a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, à qual a EMEC teve de ajustar os seus estatutos.

A EMEC é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, designada como empresa local, que goza de personalidade jurídica, e é dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência do Município de Barcelos.

Nos termos dos estatutos aprovados, a EMEC tem como objeto a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, culturais e recreativos que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos, bem como a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura.

Apresenta como principais atribuições, a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, recreativos e culturais que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos; assegurar a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura; promover iniciativas de natureza diversa na área da educação, ensino e formação profissional; colaboração com o Município de Barcelos e outras entidades de natureza diversa na programação, promoção e realização de iniciativas nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura, entre outras.

Mencionar que o Conselho de Administração que subscreveu o documento de Prestação de Contas foi designado no dia 8 de novembro de 2021, pelo que a estratégia de ação foi maioritariamente definida pelo Conselho de Administração anterior.

A EMEC, sendo uma entidade reclassificada nos termos do Sistema Europeu de Contas (SEC 2010) está sujeita ao SNC-AP, bem como à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO).

Da atividade da EMEC destacam-se diversos Cursos Profissionais e Formação Modular Certifica ministrados pela Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos.



Manteve-se, em 2021, o protocolo com o Município e os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos no âmbito das Atividades de Enriquecimento Escolar (AEC's), que abrangeu dois anos letivos (2020/2021 e 2021/2022), o qual teve um melhor desempenho que no ano anterior em termos de percentagem de colocação de professores nas atividades extra curriculares; no entanto, reconhecerem-se algumas dificuldades resultantes da baixa carga horária e reduzida remuneração, agravada, ainda, pela dispersão geográfica dos estabelecimentos de ensino.

Durante o exercício de 2021 a EMEC deu continuidade à gestão do Centro de Artesanato (Torre Medieval), do Pólo de Leitura de Arcozelo e do Museu Etnográfico de Chavão; desenvolveu também o projeto Caleidoscópio, que visa a promoção e divulgação de bens patrimoniais e culturais de relevo a uma escala supramunicipal e em rede, através da promoção de artistas nacionais e internacionais de inquestionável qualidade e projeção, potenciando a promoção de palcos não convencionais.

A atividade letiva desenvolvida no âmbito dos Cursos Profissionais e Formação Modular Certificada é financiada no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE) e do Programa Operacional de Capital Humano (POCH).

O projeto Caleidoscópio foi também financiado pelo FSE, inserido num programa cultural em rede, que integra quatro municípios: Barcelos, Fafe, Braga e Guimarães.

No que respeita à situação económica e financeira a EMEC apresentou o documento de Prestação de Contas, do exercício de 2021, aprovado na Assembleia Geral realizada no passado dia 23 de maio.

O referido documento de Prestação de Contas permitiu a preparação das Contas Consolidadas do Município de Barcelos, enquanto entidade mãe, o qual será apresentado para apreciação e aprovação aos órgãos municipais, conforme determinam os estatutos da empresa.

O capital estatutário é de 250 000,00 €, detido na totalidade pelo Município de Barcelos.

Das principais componentes económico financeiros, destacam-se as seguintes:

• <b>Ativo</b>	780.699,60 €
• <b>Passivo</b>	1.800.621,76 €
• <b>Património Líquido</b>	-1.019.922,16 €
• <b>Resultado Líquido</b>	-135.148,79 €

### 3 METODOLOGIA

O **método de consolidação de contas** adotado no grupo autárquico do Município de Barcelos, foi o método de **consolidação integral**, que consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Relativamente à consolidação orçamental foi adotado o **método simples**.

#### 4 ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

A consolidação de contas agrega às contas individuais, após a homogeneização com as das entidades pertencentes ao seu grupo que integram o perímetro de consolidação.

Esta agregação permite obter informação da situação patrimonial, financeira e outras, como se de uma única entidade se tratasse.

O objetivo essencial da consolidação de contas é proporcionar uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo consolidante como se fosse uma única entidade.

Importa, deste processo avaliar os impactos nas demonstrações financeiras face às demonstrações individuais, bem como relativamente ao período de relato do exercício anterior.

Concorre para o perímetro de consolidação apenas a EMEC, pois é a única sobre a qual o Município de Barcelos tem o poder de controlo e determinação sobre a sua atividade.

Como se verá o impacto da consolidação com a EMEC é reduzido, dada a diferente dimensão das entidades em análise, à semelhança do verificado nos anos anteriores.

##### 4.1 ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado é o documento contabilístico que apresenta a situação patrimonial do Grupo Municipal, à data de encerramento do exercício económico.

##### ANÁLISE DO ATIVO

Componentes do Ativo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos fixos tangíveis	202 660 829	97,17%	202 686 922	97,16%	26 093	0,01%
Propriedades de investimento	197 924	0,09%	197 924	0,09%	0	0,00%
Ativos intangíveis	2 012 346	0,96%	2 013 866	0,97%	1 520	0,08%
Participações financeiras	3 702 116	1,77%	3 702 116	1,77%	0	0,00%
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros ativos financeiros	0	0,00%	20 616	0,01%	20 616	100,00%
Outras contas a receber	0	0,00%	462	0,00%	462	100,00%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>208 573 216</b>	<b>100,00%</b>	<b>208 621 906</b>	<b>100,00%</b>	<b>48 691</b>	<b>0,02%</b>
Inventários	350 193	0,73%	370 164	0,76%	19 971	5,70%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0,00%	163 654	0,33%	163 654	100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	582 486	1,21%	583 394	1,19%	907	0,16%
Estado e outros entes públicos	91 352	0,19%	91 352	0,19%	0	0,00%
Outras contas a receber	15 042 034	31,24%	15 445 293	31,60%	403 259	2,68%
Diferimentos	466 211	0,97%	469 544	0,96%	3 333	0,71%
Caixa e depósitos	31 619 029	65,67%	31 757 858	64,97%	138 829	0,44%
<b>Ativo corrente</b>	<b>48 151 304</b>	<b>100,00%</b>	<b>48 881 258</b>	<b>100,00%</b>	<b>729 954</b>	<b>1,52%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>256 724 520</b>		<b>257 503 164</b>		<b>778 645</b>	<b>0,30%</b>



Da análise do Ativo consolidado com o do Município, em termos individuais, resulta que o processo de consolidação acrescenta o valor de 778.645,00 €, que equivale a 0,30%, ou seja, um valor pouco significativo face à grandeza da entidade mãe como revela a percentagem.

O Ativo Não Corrente aumenta 48.691,00 € (0,02%) e o Ativo Corrente 729.954,00 € (1,52%).

O Ativo consolidado assume o valor total de 257.503.164,00€.

### EVOLUÇÃO DO ATIVO

Descrição	2021	2020	Variação homóloga -%
<b>Ativo</b>			
Ativos fixos tangíveis	202 686 922	187 496 157	8,10%
Propriedades de investimento	197 924	139 842	41,53%
Ativos intangíveis	2 013 866	2 019 090	-0,26%
Participações financeiras	3 702 116	3 702 116	0,00%
Diferimentos	0	9	-100,00%
Outros ativos financeiros	20 616	19 476	5,85%
Outras contas a receber	462	462	0,00%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>208 621 906</b>	<b>193 377 151</b>	<b>7,88%</b>
Inventários	370 164	368 338	0,50%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	163 654	42 113	288,61%
Clientes, contribuintes e utentes	583 394	109 944	430,63%
Estado e outros entes públicos	91 352	91 941	-0,64%
Outras contas a receber	15 445 293	16 515 456	-6,48%
Diferimentos	469 544	235 733	99,18%
Caixa e depósitos	31 757 858	24 890 007	27,59%
<b>Ativo corrente</b>	<b>48 881 258</b>	<b>42 253 531</b>	<b>15,69%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>257 503 164</b>	<b>235 630 682</b>	<b>9,28%</b>

Em termos comparativos com o ano transato, o Ativo Consolidado evidencia um impacto positivo no valor de 21.872.482,31€, ou seja, teve um aumento de 9,28%.

O Ativo Não Corrente cresceu 15.244.755,00€ (7,88%) e o Ativo Corrente 6.627.726,77€ (15,68%).

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Componentes do Patrimônio Líquido	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	23 188 744,62	12,81%	23 188 744,62	12,89%	0,00	0,00%
Reservas	10 357 286,83	5,72%	10 408 743,29	5,78%	51 456,46	0,50%
Resultados transitados	107 149 619,72	59,21%	106 213 389,89	59,03%	-936 229,83	-0,87%
Outras variações no Patrimônio Líquido	35 153 548,42	19,43%	35 153 548,42	19,54%	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	5 114 815,38	2,83%	4 979 666,59	2,77%	-135 148,79	-2,64%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>180 964 014,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>179 944 092,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 019 922,16</b>	<b>-0,56%</b>

Contrariamente ao que sucede com o Ativo, o Patrimônio Líquido sofre um revés com o processo de consolidação, na medida em que o impacto é negativo na ordem dos 1.019.922,16€ (-0,56%), decorrente do impacto do Patrimônio Líquido da EMEC se apresentar deficitário, naquele valor.

Mencionar que a dimensão da entidade mãe é neste capítulo muito importante na medida em que absorve o desequilíbrio da EMEC sem prejudicar a “saúde” financeira do Município.

O Patrimônio Líquido consolidado totaliza 179.944.092,81€

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	2021	2020	Variação homóloga %
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio/Capital	23 188 745	23 506 702	-1,35%
Reservas	10 408 743	10 199 526	2,05%
Resultados transitados	106 213 390	89 092 611	19,22%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0,00%
Outras variações no Patrimônio Líquido	35 153 548	30 208 679	16,37%
Resultado líquido do período	4 979 667	4 192 766	18,77%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>179 944 093</b>	<b>157 200 285</b>	<b>14,47%</b>

No que respeita à evolução do Patrimônio Líquido consolidado é de salientar o valor positivo na ordem dos 22.743.808,00 €, que decorre essencialmente de correções a exercícios anteriores, efetuados pelo Município em termos individuais, cujos movimentos de escrituração preconizados recomendam a movimentação da conta de Resultados Transitados, para além da integração do Resultado Líquido do ano anterior.



ANÁLISE DO PASSIVO

Componentes do Passivo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões	62 384 937,19	95,94%	62 384 937,19	95,94%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	2 367 778,77	3,64%	2 367 778,77	3,64%	0,00	0,00%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	272 338,92	0,42%	272 338,92	0,42%	0,00	0,00%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>65 025 054,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>65 025 054,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	272 475,26	2,54%	487 288,05	3,89%	214 812,79	78,84%
Fornecedores	2 292 508,00	21,35%	2 332 423,12	18,61%	39 915,12	1,74%
Estado e outros entes públicos	304 064,68	2,83%	435 379,18	3,47%	131 314,50	43,19%
Financiamentos obtidos	875 656,68	8,16%	2 125 656,68	16,96%	1 250 000,00	142,75%
Fornecedores de investimento	1 420 785,77	13,23%	1 420 785,77	11,34%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	4 500 236,22	41,92%	4 662 760,57	37,20%	162 524,35	3,61%
Diferimentos	5 057,55	0,05%	5 057,55	0,04%	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	1 064 665,79	9,92%	1 064 665,79	8,49%	0,00	0,00%
<b>Passivo corrente</b>	<b>10 735 449,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>12 534 016,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 798 566,76</b>	<b>16,75%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>75 760 504,83</b>		<b>77 559 071,59</b>		<b>1 798 566,76</b>	<b>2,37%</b>

A consolidação acrescenta 1.798.566,76€ ao valor do Passivo da entidade mãe, ou seja, 2,37%.

A conta que sofre maior impacto é a relativa a **Financiamentos Obtidos** de curto prazo, que soma 1.250.000,00€; este valor de Passivo Corrente da EMEC é significativamente superior às responsabilidades de financiamento de curto prazo da entidade consolidante, em termos individuais, que se situam nos 875.656,68 €.

No Balanço consolidado o Passivo contabilizado assume o valor total de 77.559.071,59€.

**EVOLUÇÃO DO PASSIVO**

Descrição	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	Variação homóloga - %
Provisões	62 384 937	62 213 546	0,28%
Financiamentos obtidos	2 367 779	3 254 382	-27,24%
Diferimentos	0	13	-100,00%
Outras contas a pagar	272 339	1 121 746	-75,72%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>65 025 055</b>	<b>66 589 687</b>	<b>-2,35%</b>
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	487 288	775 000	-37,12%
Fornecedores	2 332 423	2 540 209	-8,18%
Estado e outros entes públicos	435 379	517 994	-15,95%
Financiamentos obtidos	2 125 657	3 083 274	-31,06%
Fornecedores de investimento	1 420 786	661 357	114,83%
Outras contas a pagar	4 662 761	4 258 556	9,49%
Diferimentos	5 058	4 321	17,04%
Outros passivos financeiros	1 064 666	0	100,00%
<b>Passivo corrente</b>	<b>12 534 017</b>	<b>11 840 711</b>	<b>5,86%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>77 559 072</b>	<b>78 430 398</b>	<b>-1,11%</b>
<b>Total do Passivo e Património Líquido</b>	<b>257 503 164</b>	<b>235 630 683</b>	<b>9,28%</b>

Da comparabilidade do valor do Passivo com o período homólogo, constata-se uma redução de 871.326,12€, que representa 1.11%.

De mencionar que o Passivo Não Corrente é todo da responsabilidade da entidade consolidante, sendo os valores de maior dimensão, os relativos à constituição de Provisões.

**4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

A Demonstração de Resultados Consolidado apresenta um resultado líquido do exercício positivo, no valor de 4.979.666,59 €, registando um acréscimo de 786.901, 00€, face ao ano anterior.

Referir que o acréscimo da consolidação está deduzido do valor 135.148,79€ na medida em que a EMEC teve um contributo negativo.

A EMEC, dada a sua situação económica deficitária originou um impacto negativo nos resultados da entidade consolidante na ordem dos 2,64%.



ANÁLISE DOS GASTOS

Gastos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	983 295,06	1,47%	1 008 908,19	1,48%	25 613,13	2,60%
Fornecimentos e serviços externos	13 565 322,65	20,22%	13 789 527,51	20,27%	224 204,86	1,65%
Gastos com pessoal	23 453 492,83	34,96%	24 675 673,54	36,27%	1 222 180,71	5,21%
Transferências e subsídios concedidos	19 568 477,49	29,17%	18 767 603,79	27,59%	-800 873,70	-4,09%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	559 594,88	0,83%	559 594,88	0,82%	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	171 391,14	0,26%	171 391,14	0,25%	0,00	0,00%
Outros gastos	1 517 437,46	2,26%	1 740 271,93	2,56%	222 834,47	14,68%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7 158 704,39	10,67%	7 173 357,99	10,55%	14 653,60	0,20%
Juros e gastos similares suportados	103 509,56	0,15%	138 288,90	0,20%	34 779,34	33,60%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00%	926,75	0,00%	926,75	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>67 081 225,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>68 025 544,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>944 319,16</b>	<b>1,41%</b>

Após a aplicação das “regras” de consolidação, designadas de eliminação ou adições, conclui-se que o processo de consolidação acresce aos gastos do Município, enquanto entidade consolidante, o valor de 944.319,16€, (1,41%).

O valor mais significativo decorre dos Gastos com o Pessoal, que totalizam 1.222.180,71€.

Os Gastos Consolidados totalizam 68.025.544,62€.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Gastos	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	Variação homóloga %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 008 908,19	938 402,02	6,99%
Fornecimentos e serviços externos	13 789 527,51	11 396 319,83	17,36%
Gastos com pessoal	24 675 673,54	18 900 133,98	23,41%
Transferências e subsídios concedidos	18 767 603,79	14 958 941,61	20,29%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	559 594,88	691 793,97	-23,62%
Provisões (aumentos/reduções)	171 391,14	1 521 906,08	-787,97%
Outros gastos	1 740 271,93	406 337,04	76,65%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7 173 357,99	8 060 222,34	-12,36%
Juros e gastos similares suportados	138 288,90	203 729,92	-47,32%
Imposto sobre o rendimento	926,75	895,64	3,36%
<b>TOTAL</b>	<b>68 025 544,62</b>	<b>57 078 682,43</b>	<b>16,09%</b>

Em termos evolutivos os gastos apresentam no exercício um acréscimo na ordem dos 10.946.862,19€, acréscimo este que é fortemente imputado à entidade consolidante em termos individuais.

### ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

Rendimentos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	23 434 840,71	32,46%	23 434 840,71	32,10%	0,00	0,00%
Vendas	0,00	0,00%	26 071,01	0,04%	26 071,01	100,00%
Prestações de serviços e concessões	3 613 345,58	5,00%	3 622 809,53	4,96%	9 463,95	0,26%
Transferências e subsídios correntes obtidos	39 138 758,38	54,21%	39 899 880,22	54,65%	761 121,84	1,94%
Provisões (reduções)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos	5 962 029,98	8,26%	5 974 541,55	8,18%	12 511,57	0,21%
Juros e rendimentos similares obtidos	47 066,19	0,07%	47 066,19	0,06%	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>72 196 040,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>73 005 209,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>809 168,37</b>	<b>1,12%</b>

Da análise dos rendimentos consolidados com os da entidade em termos individuais, verifica-se um acréscimo no valor de 809.221,41€ (1,12%).

No final do exercício os rendimentos apurados totalizam 73.005.262,25€.

O rendimento mais significativo tem proveniência em Transferências Correntes Obtidas.

### EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Rendimentos	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	Variação Homóloga - %
Impostos, contribuições e taxas	23 434 840,71	21 023 455,51	10,29%
Vendas	26 071,01	16 589,03	36,37%
Prestações de serviços e concessões	3 622 809,53	3 386 748,03	6,52%
Transferências e subsídios correntes obtidos	39 899 880,22	32 078 761,37	19,60%
Provisões (reduções)	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	5 974 541,55	4 765 894,93	20,23%
Juros e rendimentos similares obtidos	47 066,19	0,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>73 005 209,21</b>	<b>61 271 448,87</b>	<b>16,07%</b>

Analisando a evolução dos rendimentos consolidados nos dois últimos exercícios conclui-se que registaram um acréscimo na ordem de 11.733.760,34€, o qual está relacionado com a transferência de competências da Administração Central para o Município na área da Educação.



### 4.3 DÍVIDA A TERCEIROS

#### DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	Município		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Dívida a terceiros de curto prazo	5 299 597	66,75%	6 939 252	72,44%
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 640 118	33,25%	2 640 118	27,56%
<b>TOTAL</b>	<b>7 939 714</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 579 370</b>	<b>100,00%</b>

O Passivo consolidado integra dívidas a terceiros no valor de 9.579.370,00€, as quais se subdividem quanto à sua exigibilidade, em curto prazo e de médio e longo prazo.

As dívidas de curto prazo totalizam 6.939.252,00€ e as dívidas de médio e longo prazo 2.640.118,00€; como decorrem da análise do quadro acima as de curto prazo representam na estrutura 72,44% e as de médio e longo prazo 27,56%.

De mencionar que a EMEC não apresenta dívidas a terceiros de médio e longo prazo, pelo que são na totalidade da responsabilidade do Município enquanto entidade individual.

Quanto às dívidas de curto prazo, a empresa municipal acrescenta 1.800.621,76€, ou seja, 33,97%.

Esta dívida respeita fundamentalmente a financiamento bancário de curto prazo.

#### EVOLUÇÃO DE DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Dívida a terceiros de curto prazo	6 939 252	7 798 255
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 640 118	4 376 128
<b>TOTAL</b>	<b>9 579 370</b>	<b>12 174 383</b>

Em termos de evolução com o exercício do ano anterior, regista-se o decréscimo das responsabilidades para com terceiros em 2.595.013,00€, ou seja, uma redução de 21,32%.

A dívida de curto prazo tem uma redução de 859.003,00€, ou seja, de 11,02%, enquanto a de médio e longo prazo diminuiu 1.736.010,00€, valor que representa uma redução de 39,67%.

### EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O quadro seguinte apresenta o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado com referência a 31 de dezembro, decomposto em Corrente Não Corrente.

Designação	31-12-21	31-12-2020
<b>Empréstimos bancários</b>		
Passivo Corrente	2 125 656,68	3 083 273,72
Passivo não corrente	2 367 778,77	3 254 382,09
<b>TOTAL</b>	<b>4 493 435,45</b>	<b>6 337 655,81</b>

Apresentam-se os empréstimos obtidos do grupo consolidado.

Conta	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
BCP 45521141	244 644,43 €	0,00 €	244 644,43 €
CGD 9015002851191	21 829,27 €	0,00 €	21 829,27 €
CGD 9015004681191	555 156,79 €	0,00 €	555 156,79 €
CGD 9015005090891	595 493,38 €	0,00 €	595 493,38 €
CGD 9015007594391	738 055,05 €	0,00 €	738 055,05 €
CA 56057797471	1 088 256,53 €	0,00 €	1 088 256,53 €
CGD	0,00 €	500 000,00 €	500 000,00 €
BCP	0,00 €	750 000,00 €	750 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>3 243 435,45 €</b>	<b>1 250 000,00 €</b>	<b>4 493 435,45 €</b>

Como se observa a dívida bancária do grupo consolidado é de 4.493.435,45€, sendo 3.243.435,45€ do Município e 1.250.000,00€ da EMEC.

O financiamento da entidade consolidante teve um custo com juros e outros gastos similares no exercício de 138.829,00€.



#### 4.4 RÁCIOS

Indicadores económicos	Indicador		Município	Consolidado
Liquidez	Liquidez geral	Ativo Corrente/Passivo corrente	4,49	3,90
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente-Inventários) / Passivo corrente	4,45	3,87
	Liquidez imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	2,95	2,53
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido	Resultados Líquidos/Património líquido	282,64%	276,73%
	Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais/Ativo	201,43%	196,96%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,70	0,70
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	2,39	2,32
	Grau de Cobertura dos gastos financeiros	Resultados Operacionais/Gastos financeiros	49,96	36,68
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,30	0,30
Indicadores orçamentais	Indicador		Município	Consolidado
Execução orçamental	Receita	Receitas cobradas Líquidas/Previsões corrigidas	0,93	0,72
	Despesa	Despesa paga Líquida/Dotações corrigidas	0,65	0,62
	Liquidação da Receita	Receita cobrada Líquida/Liquidações	0,98	0,74
	Pagamento de Obrigações	Despesa paga Líquida/Obrigações	0,99	0,94
Outros Indicadores	Indicador		Município	Consolidado
Estrutura	Despesas com Pessoal	Pagamentos a pessoal/Despesa total	0,33	0,34
	Aquisição de Bens e serviços	Pagamentos de Bens e Serviços/Despesa total	0,95	0,22
	Investimento	Pagamento de Investimento/Despesa total	0,12	0,12
	Serviço de Dívida	Serviço de Dívida/Despesa corrente	0,04	0,04

#### 4.5 ANÁLISE ORÇAMENTAL

O processo de Consolidação da Receita e da Despesa Orçamental não altera as conclusões que decorrem da análise às contas do Município como entidade individual.

De referir que a EMEC teve uma receita orçamental no valor de 2.620.901,37€ e o Município de 99.951.287,35€.

As receitas da EMEC representam 2,62% quando confrontadas com as do Município.

Após a Consolidação Orçamental das contas de ambas as entidades, concluímos que a receita tem um impacto positivo de 1.589.439,27€, que decorre fundamentalmente do financiamento do FSE (POCH) e da venda de bens e serviços.

No que respeita às despesas orçamentais, a EMEC individualmente suportou despesas no valor de 2.482.072,46€; as despesas realizadas pelo Município foram na ordem dos 69.798.033,46€, ou seja, as despesas da EMEC representam 3,56%.

Efetuada a consolidação da componente orçamental do processo, resulta que a EMEC acrescenta 1.676.111,76€ de despesa ao Município.

Esta despesa que soma às do Município, enquanto entidade individual, é essencialmente relativa a despesas com o pessoal e passivos financeiros.

Dos valores apresentados percebe-se que a EMEC é uma entidade muito dependente da entidade mãe.

II  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]*



5 BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2021 SNC-AP	31/12/2020 SNC-AP
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1, 5.2	202 686 922,27	187 496 157,16
Propriedades de investimento	8	197 924,47	139 841,73
Ativos intangíveis	3.1, 3.2	2 013 866,34	2 019 089,65
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	18.1A	3 702 115,51	3 702 115,51
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	9,36
Outros ativos financeiros		20 615,84	19 475,71
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		462,00	462,00
		<b>208 621 906,43</b>	<b>193 377 151,12</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	370 163,86	368 338,16
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		163 653,76	42 113,20
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.1A	583 393,77	109 943,50
Estado e outros entes públicos		91 351,93	91 940,70
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		15 445 293,38	16 515 455,54
Diferimentos		469 543,50	235 732,80
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	31 757 857,77	24 890 007,45
		<b>48 881 257,97</b>	<b>42 253 531,35</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>257 503 164,40</b>	<b>235 630 682,47</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	18.2	23 188 744,62	23 506 702,22
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00

Consolidação de Contas | 2021  
Município de Barcelos

20/79

Reservas	18.2	10 408 743,29	10 199 526,39
Resultados transitados	18.2	106 213 389,89	89 092 611,37
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	18.2	35 153 548,42	30 208 678,54
Resultado líquido do período		4 979 666,59	4 192 766,44
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>179 944 092,81</b>	<b>157 200 284,96</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	62 384 937,19	62 213 546,05
Financiamentos obtidos	7, 18.3, 23.3.1	2 367 778,77	3 254 382,09
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	13,20
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	18.3	272 338,92	224 349,11
		<b>65 025 054,88</b>	<b>65 692 290,45</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	487 288,05	775 000,25
Fornecedores	18.3	2 332 423,12	2 540 208,70
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		435 379,18	517 994,28
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7, 18.3, 23.3.1	2 125 656,68	3 083 273,72
Fornecedores de investimentos	18.3	1 420 785,77	661 356,67
Outras contas a pagar	18.3C	4 662 760,57	4 258 555,74
Diferimentos	2	5 057,55	4 321,25
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros	18.3C	1 064 665,79	897 396,45
		<b>12 534 016,71</b>	<b>12 738 107,06</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>77 559 071,59</b>	<b>78 430 397,51</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido e Passivo</b>		<b>257 503 164,40</b>	<b>235 630 682,47</b>



## 6 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

### Demonstração de resultados por naturezas consolidado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-21	31-12-20
		SNC-AP	SNC-AP
Impostos, contribuições e taxas	14	23 434 840,71	21 023 455,51
Vendas	13	26 071,01	16 589,03
Prestações de serviços e concessões	13	3 622 809,53	3 386 748,03
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	39 899 880,22	32 078 761,37
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 008 906,19	-938 402,02
Fornecimentos e serviços externos	23	-13 789 527,51	-11 396 319,83
Gastos com pessoal	19	-24 675 673,54	-18 900 133,98
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-18 767 603,79	-14 958 941,61
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1ª	-559 594,88	-691 793,97
Provisões (aumentos/reduções)	15	-171 391,14	-1 521 906,08
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13,14	5 974 541,55	4 765 894,93
Outros gastos		-1 740 271,93	-406 337,04
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>12 245 174,04</b>	<b>12 457 614,34</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-7 173 357,99	-8 060 222,34
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>5 071 816,05</b>	<b>4 397 392,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	47 066,19	0,00
Juros e gastos similares suportados	7	-138 288,90	-203 729,92
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 980 593,34</b>	<b>4 193 662,08</b>
Imposto sobre o rendimento		-926,75	-895,64
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4 979 666,59</b>	<b>4 192 766,44</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		4 979 666,59	4 192 766,44

7 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ano 2021

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Outros Ingressos de Capital Próprio	Outros Reservas	Reservas Legais	Resultados Transfêridos	Ajustamentos em Outros Exercícios	Excedentes de Realização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23 506 702,22	0,00	0,00	10 199 246,39	89 092 611,37	0,00	0,00	30 208 678,54	4 192 766,44	157 200 284,96	0,00	157 200 284,96
<b>Alterações no período</b>													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	11 684 330,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11 684 330,70	0,00	11 684 330,70
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 759 040,52	0,00	4 759 040,52	0,00	4 759 040,52
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		-317 957,60	0,00	0,00	209 216,90	5 436 447,82	0,00	0,00	185 839,36	-4 192 766,44	1 330 770,04	0,00	1 330 770,04
	(2)	-317 957,60	0,00	0,00	209 216,90	17 120 778,52	0,00	0,00	4 944 869,88	-4 192 766,44	17 764 141,26	0,00	17 764 141,26
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 979 666,59	4 979 666,59	0,00	4 979 666,59
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786 900,15	786 900,15	0,00	786 900,15
<b>Operações com detentores de capital no período</b>													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 408 463,29	106 213 389,89	0,00	0,00	35 153 548,42	4 979 666,59	179 944 022,81	0,00	179 944 022,81



Ano 2020

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Outros Institutos de Capital Próprio	Outras Reservas	Reservas Legais	Resultados Transiitórios	Ajustes feitos em Outros Resultados	Excedentes de Realização	Outras Variações Patrimoniais Líquidas	Resultados Líquidos do Período	Total	Ingressos que não são contabilizados	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23.264.742,22	0,00	267.253,08	9.934.181,28	84.137.202,25	3.153,99	0,00	0,00	5.451.500,07	133.658.032,99	0,00	123.058.032,99
<b>Alterações no período</b>													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	-267.253,08	0,00	-230.745,94	-3.153,99	0,00	35.503.867,28	0,00	35.003.714,27	0,00	35.003.714,27
Alterações de políticas contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de realização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e respectivos variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.678.395,11	0,00	4.678.395,11	0,00	4.678.395,11
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		241.960,00	0,00	0,00	265.345,01	5.186.155,06	0,00	0,00	26.418,15	-5.451.500,07	288.376,15	0,00	288.376,15
Resultado Líquido do Período	(2)	241.960,00	0,00	-267.253,08	265.345,01	4.935.408,12	-3.153,99	0,00	30.208.678,14	-5.451.500,07	29.949.485,53	0,00	29.949.485,53
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.192.766,44	4.192.766,44	0,00	4.192.766,44
	(4)=(2)+(3)									-1.258.731,63			
<b>Operações com detentores de capital no período</b>													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	23.506.702,22	0,00	0,00	10.199.526,29	89.072.610,37	0,00	0,00	30.208.678,14	4.192.766,44	137.200.254,96	0,00	137.200.254,96

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

8 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-2021	31-12-2020
		SNC-AP	SNC-AP
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		3 074 449,92	2 807 792,85
Recebimentos de contribuintes		21 717 276,65	20 602 270,67
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		40 939 436,28	31 026 111,25
Recebimentos de utentes		299,40	0,00
Pagamentos a fornecedores		-17 500 830,87	-12 863 484,59
Pagamentos ao pessoal		-15 870 548,54	-11 307 625,78
Pagamentos a contribuintes / Uteses		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-16 990 864,84	-1 952 243,25
Pagamentos de prestações sociais			0,00
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>15 369 218,00</b>	<b>28 312 821,15</b>
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos		3 001 423,88	1 202 296,67
Outros pagamentos		-15 797 410,71	-22 836 885,13
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>2 573 231,17</b>	<b>6 678 232,69</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-2 918 220,95	-3 182 020,83
Ativos intangíveis		-87 057,66	-449 511,72
Propriedades de investimento		-8 123,31	-91 134,48
Investimentos financeiros		-809,78	-776,73
Outros ativos		0,00	-426 770,78
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	46 339,20
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		3 395 307,23	2 086 105,87
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		2 244 224,25	2 553 474,22
Transferências de capital		3 582 274,00	3 245 152,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		47 066,19	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>6 254 659,97</b>	<b>3 780 856,75</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		803 500,00	1 106 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00



Consolidação de Contas | 2021  
Município de Barcelos

25/79

<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-2 647 720,35	-3 145 652,11
Juros e gastos similares		-115 820,47	-204 881,97
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-1 960 040,82</b>	<b>-2 244 534,08</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>6 867 850,32</b>	<b>8 214 555,36</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>24 890 007,45</b>	<b>16 674 936,59</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>31 757 857,77</b>	<b>24 890 007,45</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>24 890 007,45</b>	<b>16 674 936,59</b>
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		24 890 007,45	16 674 936,59
De execução orçamental		23 653 692,39	15 256 576,07
De operações de tesouraria		1 236 315,06	1 418 360,52
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>31 757 857,77</b>	<b>24 890 007,45</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo da gerência seguinte		31 757 857,77	24 890 007,45
De execução orçamental		30 292 082,79	23 653 692,39
De operações de tesouraria		1 465 774,97	1 236 315,06

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below.]*

## 9 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As presentes notas às demonstrações financeiras consolidadas facilitarão a compreensão de toda a informação relevante contida nas contas consolidadas.

Todos os valores encontram-se expressos em euros.

### NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

#### 1.1 - Identificação da entidade e período de relato

Entidades Incluídas na consolidação a 31 /12/2021

Designação da Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	OBS
						Direto	Indireto		
Município de Barcelos	505584760	Largo do Município, 4750-323 Barcelos	Atribuições e competências no âmbito da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação						a)
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	504635417	Rua da Feiteira, n.º 10, Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	Serviços de educação, ensino e cultura	250 000,00	250 000,00	100,00%		100,00%	b)

a) Entidade consolidante, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 75 da Lei 73/2013

b) Entidade controlada pelo Município de Barcelos

#### 1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

**a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade**

As Demonstração Financeiras Consolidadas de 2021 foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

**b) Indicação e comentário das contas do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas são comparáveis com exceção do descrito na nota 2.7.

**c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável**

Face ao descrito na alínea anterior, por ser impraticável, o comparativo não foi reexpresso.



**d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

**e) De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.**

**Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos**

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS		
Conta	SNC-AP   2021	SNC-AP   2020
<b>Caixa</b>	2 936,24	3 087,98
<b>Depósitos à ordem</b>		
Depósitos bancários à ordem	30 289 146,56	23 650 604,41
<b>Outros Depósitos</b>		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	1 465 774,97	1 236 315,06
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>31 757 857,77</b>	<b>24 890 007,45</b>

**NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

**2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas**

**ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais das perdas por imparidade, caso existam.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros.

Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito, são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para os bens adquiridos a partir de 01/01/2020, para os anteriores mantém o CIBE.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes (ou linha reta).

O Município de Barcelos, na transição para o SNC-AP manteve as vidas úteis para os bens adquiridos até 31/12/2019. Também não foi feito o desreconhecimento dos referidos ativos correspondentes para o desenvolvimento e pesquisa que de acordo com o novo normativo não reúnem as condições para ser classificados como Ativos. Em 2021 para os bens adquiridos em 2021, o reconhecimento foi efetuado de acordo com o SNC-AP.

A EMEC não detém à data de relato fichas de cadastro atualizadas dos Ativos Intangíveis.

É aplicado o método de amortização das quotas constantes e as taxas de amortização utilizadas correspondem à vida útil estimada nos termos seguintes:

Ativos Intangíveis	Taxa de amortização
Programas de computador e sistemas de informação	33,33 %

### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Grupo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.



Os bens registados até 31/12/2019 permanecem no regime anterior (CIBE).

Ativos Fixos Tangíveis	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos	2 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos	5 a 20 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis, adquiridos até 31/12/2019. Também não foi feito o desreconhecimento dos referidos ativos correspondentes para o desenvolvimento e pesquisa que de acordo com o novo normativo não reúnem as condições para ser classificados como ativos.

Na transição do ano para SNC-AP foram mantidas as vidas úteis; porém no exercício de 2021 procedeu-se à apreciação de um conjunto de 271 Ativos, os quais foram objeto de ajustamento ao novo normativo.

Os bens adquiridos no exercício foram reconhecidos de acordo com o preconizado no SNC-AP.

### PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento, respeitam na íntegra ao Município de Barcelos e compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, não estando ao serviço da atividade operacional do Município.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020.

Propriedades de Investimento	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos

Na transição do ano para SNC-AP foram mantidas as vidas úteis.

Para efeitos de divulgação informa-se o justo valor de propriedades de investimento, o qual foi determinado pelo perito avaliador imobiliário inscrito na C.M.V.M. sob o n.º PAI/2016/0006, Eng. Vasco Ferreira, técnico superior do Município de Barcelos:

- Terrenos e recursos naturais: 112.832,50€;
- Edifícios e outras construções: 338.497,50€.

Salienta-se que a avaliação não foi efetuada de forma autónoma para as duas rubricas, pelo que se efetuou a repartição de valor considerando o previsto a este respeito nas Notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, mais concretamente para a conta 432: 25% para terrenos e recursos naturais e 75% para edifícios e outras construções.

## LOCAÇÕES

As locações são reconhecidas nos termos da NCP6.

Enquanto locatário os custos financeiros incorridos e os decorrentes da depreciação são reconhecidos como gastos do período.

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

No caso de ser uma locação financeira, devem ser determinadas as quantias a reconhecer no início do prazo da locação, data a partir do qual o locatário pode exercer o direito de uso do ativo locado, nomeadamente, o reconhecimento do ativo fixo tangível e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Os juros e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas do exercício a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas numa base linear durante o período do contrato de locação.



### EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os reconhecimentos dos custos suportados com financiamentos por via de empréstimos são gastos do exercício a que respeita.

### INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

### IMPARIDADE DE ATIVOS

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

### RENDIMENTOS E GASTOS

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

### PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pela Divisão Jurídica e pela Sociedades de Advogados contratada.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

### DÍVIDAS A RECEBER E A PAGAR

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

### ACRÉSCIMOS

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos os relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2022, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2021 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2022, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares relativas a 2021, resíduos sólidos urbanos (3.º e 4º trimestre), EDP (4º trimestre), entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2021 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2022, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

### DIFERIMENTOS

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2022 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2021, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

### BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.



## INVENTÁRIOS

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

## 2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

### CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo continuará a sua atividade.

### REGIME DO ACRÉSCIMO OU DA PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

Foram mantidas as práticas e políticas contabilísticas, pelo que a informação é consistente.

### MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores.

### COMPENSAÇÃO

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

### INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A comparabilidade é um requisito qualitativo das demonstrações financeiras, característica esta que foi garantida neste documento de consolidação de contas.

## 2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Não foram efetuados juízos de valor.

**2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)**

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

**2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.**

Não aplicável.

**2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).**

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos consolidados subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

**2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.**

No caso do Município de Barcelos, para o cálculo de estimativas de IMI e Derrama a receber no ano de 2022 foram considerados os valores dos últimos 12 meses de recebimento, que correspondem à melhor estimativa efetuada com base nos recebimentos dos últimos dois anos e das alterações das taxas aprovadas em Assembleia Municipal.

No exercício de 2021 procedeu-se à atualização das vidas úteis das fichas cadastrais de uma parte dos ativos tangíveis e propriedades de investimento, num total de 241 ativos, trabalho desenvolvido pelo Departamento de Contratação e Património, por decorrência da Portaria nº 189/2016, de 14 de julho e em conformidade com o classificador complementar, nos termos seguintes:

- Foram tratados 99 ativos com ajustamentos nas vidas úteis e depreciações retrospectivas, cujo impacto originou um movimento a crédito (regularização) na conta que regista as depreciações, 438 – Depreciações Acumuladas, no valor de 1.650.503,99€;
- Procedeu-se ao ajustamento da vida útil de 137 ativos que sofreram grandes reparações, cujo tratamento implicou também regularizações nas depreciações.



Deste ajustamento, o impacto foi da seguinte natureza: a crédito da conta 438 – Depreciações Acumuladas, 109.334,87€ e a débito 13.521.238,83€;

- Outros casos de ajustamentos, 5 ativos, em que além da alteração das vidas úteis foi corrigido também a sua avaliação inicial, os quais geraram movimentos de regularização a crédito da referida conta 438, de 83.493,13€ e a débito de 6.423,86€.

Por último mencionar que decorrente do processo de transferência de competências na área da educação o Município recebeu vários ativos, designadamente imóveis afetos à educação, habitualmente designados de estabelecimentos de ensino; dos 9 estabelecimentos no exercício 2 foram regularizados.

## 2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

No decorrer do exercício procedeu-se à reafecção do valor relevado em “Outras Contas a Pagar” relativo a cauções em função do grau de exigibilidade. Nestes termos e para garantir a comparabilidade das contas do balanço consolidado foi reexpressado o valor relativo ao ano de 2020.

## NOTA - 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

### VIDA ÚTIL

Para os ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os bens anteriores foram mantidas as taxas definidas no CIBE.

Nas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

### MÉTODOS DE AMORTIZAÇÃO

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

### VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, a variação na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2021

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 219 721,34	1 189 262,08	0,00	30 459,26	1 280 289,31	1 255 632,36	0,00	24 656,95
444 Propriedade industrial e intelectual	3 324,08	186,00	0,00	3 138,08	4 174,08	457,00	0,00	3 717,08
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
<b>TOTAL</b>	<b>4 713 142,14</b>	<b>2 694 052,49</b>	<b>0,00</b>	<b>2 019 089,65</b>	<b>4 774 560,11</b>	<b>2 760 693,77</b>	<b>0,00</b>	<b>2 013 866,34</b>

Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2020

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 159 225,86	1 120 866,31	0,00	38 359,55	1 219 721,34	1 189 262,08	0,00	30 459,26
444 Propriedade industrial e intelectual	1 464,07	0,00	0,00	1 464,07	3 324,08	186,00	0,00	3 138,08
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
<b>TOTAL</b>	<b>4 650 786,65</b>	<b>2 625 470,72</b>	<b>0,00</b>	<b>2 025 315,93</b>	<b>4 713 142,14</b>	<b>2 694 052,49</b>	<b>0,00</b>	<b>2 019 089,65</b>

### QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Durante o período económico de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:



Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2021

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	30 459,26	60 567,97	0,00	0,00	0,00	-66 370,28	0,00	24 656,95
Propriedade industrial e intelectual	3 138,08	850,00	0,00	0,00	0,00	-271,00	0,00	3 717,08
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
<b>TOTAL</b>	<b>2 019 089,65</b>	<b>61 417,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-66 641,28</b>	<b>0,00</b>	<b>2 013 866,34</b>

Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2020

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	38.359,55	61 417,83	0,00	0,00	0,00	-68 395,77	-922,35	30.459,26
Propriedade industrial e intelectual	1 464,07	1 860,01	0,00	0,00	0,00	-186,00	0,00	3 138,08
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
<b>TOTAL</b>	<b>2 025 315,93</b>	<b>63 277,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-68.581,77,09</b>	<b>-922,35</b>	<b>2.019.089,65</b>

**DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES**

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

**Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições 2021**

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	60 567,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 567,97
Propriedade industrial e intelectual	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>61 417,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>61 417,97</b>

**Ativos intangíveis – adições 2020**

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	61 417,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 417,83
Propriedade industrial e intelectual	0,00	1 860,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 860,01
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>63 277,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63 277,84</b>



**DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES**

No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

**Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições 2021**

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Ativos intangíveis – diminuições 2020**

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	922,35	922,35
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>922,35</b>	<b>922,35</b>

**NOTA - 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE**

O Município de Barcelos tem três contratos de concessão, o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Barcelos (ADB), Exploração da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica, compreendendo a Área do Município de Barcelos (EDP) e a Concessão de (Pequena) Distribuição

de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Concelho de Barcelos (CEVE) que poderão cumprir os requisitos da NCP-4.

Para efetuar um melhor enquadramento dos contratos de concessão, foram efetuados pedidos de informação complementares aos concessionários, de forma a ser possível testar a aplicação da referida norma e espelhar contabilisticamente os referidos contratos de acordo com o novo normativo, não dispondo ainda de informação suficiente para dar cumprimento à norma.

#### NOTA - 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Excetuam-se desta regra os ativos adquiridos sem contraprestação, os quais foram mensurados conforme o estatuído no parágrafo 19, da NCP 5, do SNC-AP, designadamente:

- a. Imóveis: Valor Patrimonial Tributário (VPT);
- b. Outros ativos: custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, e o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, Portaria n.º671/2000, de 17 de abril, para os bens móveis adquiridos até 31/12/2019.

Não foi possível no ano de 2021 inventariar a totalidade dos bens decorrentes do processo de transferência na área da Educação.

Salienta-se que não se encontram ainda reconhecidos todos os equipamentos educativos transferidos para o Município de Barcelos, em setembro do ano de 2020, no âmbito da Lei-Quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto e do decreto-lei n.º21/2019 de 31 de janeiro, que lhe deu execução.

Das 9 escolas que passaram para o domínio do Município, duas foram reconhecidas patrimonialmente. (Informação mais detalhada nas contas individuais).

A EMEC, a entidade que integra o perímetro de consolidação, estabeleceu o critério, que vigora desde 1 de janeiro de 2020, de depreciar integralmente no exercício os ativos de valor inferior a 1000€.



Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2021

RUBRICAS	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>						
Terenos e recursos naturais	9 682 685,27	0,00	0,00	9 682 685,27	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	10 547 146,55	4 914 491,32	0,00	5 632 655,23	4 274 229,81	0,00
Infraestruturas	171 356 470,27	134 768 483,26	0,00	36 587 987,01	138 615 793,15	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	798 843,25	12 104,99	0,00	786 738,26	12 104,99	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	12 171 830,04	0,00	0,00	12 171 830,04	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terenos e recursos naturais	65 755 200,07	0,00	0,00	65 755 200,07	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	89 379 943,85	36 818 275,54	0,00	52 561 668,31	27 586 925,72	0,00
Equipamento básico	11 844 196,04	9 912 195,10	0,00	1 932 000,94	10 535 990,32	0,00
Equipamento de transporte	6 438 685,89	4 545 108,06	0,00	1 893 577,83	5 185 242,64	0,00
Equipamento administrativo	3 949 318,03	3 772 539,09	0,00	226 778,94	3 808 334,07	0,00
Equipamentos biológicos	750,51	655,05	0,00	95,46	709,94	0,00
Outros	2 396 939,88	2 132 000,08	0,00	264 939,80	2 213 037,23	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	740,21	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>384 322 009,65</b>	<b>196 825 852,49</b>	<b>0,00</b>	<b>187 496 157,16</b>	<b>192 232 367,87</b>	<b>0,00</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.



Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2020

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	9 336 032,23	0,00	0,00	9 336 032,23	9 682 685,27	0,00	0,00	9 682 685,27
Edifícios e outras construções	10 547 146,55	4 495 488,44	0,00	6 051 658,11	10 576 940,43	4 921 730,75	0,00	5 655 209,68
Infraestruturas	171 360 945,76	130 879 205,13	0,00	40 481 740,63	171 356 470,27	134 768 483,26	0,00	36 587 987,01
Patrimônio histórico, artístico e cultural	732 214,99	12 104,99	0,00	720 110,00	798 843,25	12 104,99	0,00	786 738,26
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	8 465 830,43	0,00	0,00	8 465 830,43	12 171 830,04	0,00	0,00	12 171 830,04
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	65 695 070,07	0,00	0,00	65 695 070,07	65 755 200,07	0,00	0,00	65 755 200,07
Edifícios e outras construções	89 118 661,77	34 550 964,54	0,00	54 567 697,23	86 069 637,55	33 530 523,69	0,00	52 539 113,86
Equipamento básico	11 303 420,13	9 639 890,44	0,00	1 663 529,69	11 360 354,38	9 426 756,72	0,00	1 933 597,66
Equipamento de transporte	5 422 014,89	4 783 976,85	0,00	638 038,04	6 438 685,89	4 545 108,06	0,00	1 893 577,83
Equipamento administrativo	3 768 801,67	3 604 472,77	0,00	164 328,90	3 816 592,19	3 591 409,97	0,00	225 182,22
Equipamentos biológicos	750,51	580,01	0,00	170,50	170,50	75,04	0,00	95,46
Outros	2 347 283,39	2 049 578,86	0,00	297 704,53	2 337 417,64	2 072 477,84	0,00	264 939,80
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>378 098 172,39</b>	<b>190 016 262,03</b>	<b>0,00</b>	<b>188 081 910,36</b>	<b>380 364 827,48</b>	<b>192 868 670,32</b>	<b>0,00</b>	<b>187 496 157,16</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several initials on the left.



Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período 2021

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
		Adições	Tranf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. Período		Diminuições
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>									
Terenos e recursos naturais	9 682 685,27	40 691,85	242 042,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 965 419,52
Edifícios e outras construções	5 632 655,23	51 951,66	0,00	0,00	0,00	640 261,51	0,00	0,00	6 324 868,40
Infraestruturas	36 587 987,01	11 104,81	1 466 866,17	0,00	0,00	-3 847 309,89	0,00	0,00	34 218 648,10
Patrimônio histórico, artístico e cultural	786 738,26	42 983,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	829 721,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	12 171 830,04	5 925 966,78	-1 466 866,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 630 930,65
<b>Ativos fixos em concessão</b>									
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terenos e recursos naturais	65 755 200,07	3 938 113,38	-242 042,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 303 354,48	66 147 916,57
Edifícios e outras construções	52 561 668,31	2 784 457,61	0,00	0,00	0,00	9 256 604,56	-28 654,98	-48 159,06	64 574 075,50
Equipamento básico	1 932 000,94	897 797,06	0,00	0,00	0,00	-624 982,02	0,00	0,00	2 156 656,92
Equipamento de transporte	1 893 577,83	96 323,48	0,00	0,00	0,00	-640 134,58	0,00	0,00	1 349 766,73
Equipamento administrativo	226 778,94	102 739,57	0,00	0,00	0,00	-84 608,18	-24 813,44	0,00	220 096,89
Equipamentos biológicos	95,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-54,90	0,00	0,00	40,56
Outros	264 939,80	114 396,98	0,00	0,00	0,00	-81 037,15	-5 004,43	0,00	293 295,20
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	740,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,21
<b>TOTAL</b>	<b>187 496 157,16</b>	<b>14 007 266,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.618.739,35</b>	<b>-3 409 986,39</b>	<b>0,00</b>	<b>202.712.177,00</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.



**Consolidação de Contas | 2021**  
Município de Barcelos

44/79

**Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período 2020**

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
		Adições	Trasnf. Internas	Revalorizações	Reversões perdidas	Perdas por Imparidade	Deprec. Período		Diminuições
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>									
Terrenos e recursos naturais	9 336 032,23	346 653,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 682 685,27
Edifícios e outras construções	6 051 658,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-419 002,88	0,00	5 632 655,23
Infraestruturas	40 481 740,63	6 757,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 900 511,12	0,00	36 587 987,01
Patrimônio histórico, artístico e cultural	720 110,00	70 537,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 909,00	786 738,26
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	8 465 830,43	3 950 775,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-244 775,43	12 171 830,04
<b>Ativos fixos em concessão</b>									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	65 695 070,07	61 570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 440,00	65 755 200,07
Edifícios e outras construções	54 567 697,23	261 282,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 267 311,00	0,00	52 561 668,31
Equipamento básico	1 663 529,69	847 390,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-554 252,06	-23 070,86	1 933 597,66
Equipamento de transporte	638 038,04	1 920 602,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-640 837,62	-24 224,90	1 893 577,83
Equipamento administrativo	164 328,90	182 311,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-121 458,26	0,00	225 182,22
Equipamentos biológicos	170,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-75,04	0,00	95,46
Outros	297 704,53	53 575,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-82 421,22	-3 918,78	264 939,80
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 597,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103 597,52	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>188 081 910,36</b>	<b>7 805 052,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-7 985 869,20</b>	<b>-404 936,29</b>	<b>187 496 157,16</b>



Quadro 5.2a – Ativos fixos tangíveis – adições 2021

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	19 270,00	950,00	0,00	20 471,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 691,85
Edifícios e outras construções	0,00	51 951,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51 951,66
Infraestruturas	0,00	11 104,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 104,81
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	42 983,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 983,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	5 925 966,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 925 966,78
<b>Ativos fixos em concessão</b>												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>												
Terrenos e recursos naturais	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	0,00	1 313 426,86	0,00	0,00	0,00	0,00	624 686,52	3 938 113,38
Edifícios e outras construções	0,00	98 446,47	0,00	0,00	0,00	2 295 445,78	0,00	0,00	0,00	0,00	390 565,36	2 784 457,61
Equipamento básico	0,00	897 797,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897 797,06
Equipamento de transporte	0,00	96 323,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 323,48
Equipamento administrativo	0,00	102 739,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102 739,57
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	114 396,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114 396,98
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	740,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,21
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>9 342 450,51</b>	<b>19 270,00</b>	<b>950,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 629 344,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 015 251,88</b>	<b>14 007 266,88</b>

84

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ativos fixos tangíveis – adições 2020

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Expropri.	Doação	Doação em paga- mento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	289 250,00	26 330,68	0,00	0,00	31 072,36	0,00	0,00	0,00	0,00	346 653,04
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	6 757,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 757,50
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	70 537,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 537,26
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	3 950 775,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 950 775,04
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 130,00	0,00	0,00	0,00	1 440,00	61 570,00
Edifícios e outras construções	0,00	76 913,42	0,00	0,00	0,00	184 368,66	0,00	0,00	0,00	0,00	261 282,08
Equipamento básico	0,00	847 390,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 390,89
Equipamento de transporte	0,00	1 920 602,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 920 602,31
Equipamento administrativo	0,00	182 311,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182 311,58
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	53 575,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53 575,27
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 597,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103 597,32
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>7 501 710,59</b>	<b>26 330,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>275 571,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 440,00</b>	<b>7 805 052,29</b>



Quadro 5.2b – Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2021

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	-950,00	0,00	0,00	-3 302 404,48	-3 303 354,48
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-28 654,98	-28 654,98
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 159,06	-48 159,06
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-24 813,44	-24 813,44
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 004,43	-5 004,43
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>-950,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3 409 036,39</b>	<b>-3 409 986,39</b>

Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2020

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 909,00	-3 909,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-244 775,43	-244 775,43
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	-1 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 440,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 070,86	-23 070,86
Equipamento de transporte	-24 224,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-24 224,90
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 918,78	-3 918,78
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-103 597,32	-103 597,32
<b>TOTAL</b>	<b>-25 664,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-379 271,39</b>	<b>-404 936,29</b>

**NOTA - 6 – LOCAÇÕES**

**6.1 – Locações Financeiras**

Não existem locações financeiras.

**6.2 – Locações operacionais**

Não existem locações financeiras



### NOTA - 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte: 2.367.778,77€ Passivo Não Corrente e 2.125.656,68€ Passivo Corrente.

O financiamento da entidade consolidante teve um custo no exercício de 138.288,90€, e sendo 103.509,56€ da entidade individual e 34.779,34€ da EMEC.

### NOTA - 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

**Quadro 8 – Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2021**

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
<b>Propriedades Investimento</b>								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	94 741,73	0,00	0,00	58 082,74	0,00	0,00	0,00	152 824,47
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>139 841,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58 082,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>197 924,47</b>

Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2020

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
<b>Propriedades Investimento</b>								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	100 513,10	0,00	0,00	-5 771,37	0,00	0,00	0,00	94 741,73
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>145 613,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-5 771,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>139 841,73</b>

**NOTA - 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS**

Não foram detetados nos ativos perdas por imparidade ao abrigo da NCP9.

**NOTA - 10 – INVENTÁRIOS**

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

**Quadro 10.1 – Inventários - 2021**

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	19 971,35	0,00	19 971,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	350 192,51	0,00	350 192,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>370 163,86</b>	<b>0,00</b>	<b>370 163,86</b>



Inventários – 2020

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	33 400,65		33 400,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	334 937,51		334 937,51
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
<b>TOTAL</b>	<b>368 338,16</b>		<b>368 338,16</b>

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período - 2021

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial (1)	Movimentos do período							Quantia Escriturada Final (9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/Gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por Imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventário (8)s	
Mercadorias	33 400,65	17.138,40	27.965,76	0,00	0,00	0,00	2.602,94	0,00	19 971,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	334 937,51	1 029.172,79	988.082,43	0,00	0,00	0,00	34.342,94	8 507,58	350 192,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>368 338,16</b>	<b>1 046 311,19</b>	<b>1 016 048,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36 945,88</b>	<b>8 507,58</b>	<b>370 163,86</b>

Inventários: Movimentos do período - 2020

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia Escriturada Final (9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por Imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	28 707,42	6 797,05	1 981,42	0,00	0,00	0,00	122,40	0,00	33 400,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	307 444,48	972 189,70	936 090,65	0,00	0,00	0,00	20 455,88	11 849,86	334 937,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>336 151,90</b>	<b>978 986,75</b>	<b>938 072,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20 578,28</b>	<b>11 849,86</b>	<b>368 338,16</b>

**NOTA - 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO**

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspecto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação 2021**

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>3 622 809,53</b>
Resíduos Sólidos	2 045 265,06
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	3 570,76
Trabalhos por conta de particulares	0,00
Cemitérios	41 804,74
Mercados e feiras	0,00
Parques de Estacionamento	19 470,86
Serviços Sociais - refeições escolares	969 120,42
Serviços Culturais	2 752,00
Serviços Desporto	96 478,45
Arrendamento	47 627,15
Renda Concessão serv. fornecimento água	396 720,09
<b>Venda de bens</b>	<b>26 760,01</b>
<b>Juros</b>	<b>0,00</b>
<b>Alienações</b>	<b>0,00</b>
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	0,00
<b>Rendas em propriedades de investimento</b>	<b>8 001,08</b>
<b>Outros</b>	<b>3 511 915,21</b>
<b>Dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>47 066,19</b>
Outros rendimentos similares	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7 216 552,02</b>



Rendimentos com contraprestação 2020

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>3 386 748,03</b>
Resíduos Sólidos	2 031 249,55
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	4 467,29
Trabalhos por conta de particulares	110 384,40
Cemitérios	55 436,34
Mercados e feiras	4 757,00
Parques de Estacionamento	19 618,77
Serviços Sociais - refeições escolares	547 007,94
Serviços Culturais	1 308,90
Serviços Desporto	168 104,95
Arrendamento	48 642,65
Renda Concessão serv. fornecimento água	395 770,24
<b>Venda de bens</b>	<b>16 584,03</b>
<b>Juros</b>	
<b>Alienações</b>	
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	22 095,00
<b>Rendas em propriedades de investimento</b>	<b>7 336,34</b>
<b>Outros</b>	<b>2 893 002,82</b>
<b>Dividendos e outros rendimentos similares</b>	
Outros rendimentos similares	
<b>TOTAL</b>	<b>6 325 766,22</b>

**NOTA - 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação 2021

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
<b>Impostos Diretos</b>	<b>15 813 036,60</b>				
Derrama	2 400 000,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	10 200 000,00				
Imposto Único de Circulação	3 213 036,60				
Outros	0,00				
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>6 605 062,68</b>		<b>277 316,45</b>		
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 434 654,37				
Outros	1 170 408,31				
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>1 016 741,43</b>		<b>25 843,93</b>	<b>1 214,86</b>	
Taxas	944 482,86				
Multas e outras Penalidades	72 258,57				
<b>Transferências e Subsídios Correntes Obtidos</b>	<b>39 899 880,22</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	22 897 711,00				
Fundo Social Municipal	2 658 456,00				
Participação no IRS	3 270 996,00				
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	9 075 032,85				
Participação do IVA	332 826,57				
Outras	599 845,88				
FEDER	101 648,78				
Outras	963 363,14			<b>163 653,76</b>	
<b>Reversões</b>	<b>28 972,39</b>				
Perdas Por Imparidade	28 972,39				
<b>Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos</b>	<b>1 137 007,29</b>				
<b>Outros</b>	<b>1 317 617,97</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>65 818 318,58</b>				



Rendimentos sem contraprestação 2020

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Patrimônio Líquido	Início do Período	Final do Período	
<b>Impostos Diretos</b>	<b>14 907 461,50</b>				
Derrama	2 311 971,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	9 536 727,00				
Imposto Único de Circulação	3 058 763,50				
Outros	0,00				
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>5 236 611,15</b>		<b>221 926,55</b>	<b>277 316,45</b>	
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	3 879 359,43				
Outros	1 357 251,72				
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>879 382,86</b>		<b>22 309,05</b>	<b>25 843,93</b>	
Taxas	830 988,12				
Multas e outras Penalidades	48 394,74				
<b>Transferências e Subsídios Correntes Obtidos</b>	<b>32 078 757,37</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	21 042 486,00				
Fundo Social Municipal	2 658 456,00				
Participação no IRS	2 931 385,00				
Transferência de Competências – Lei n.º 50/2018	1 670 794,97				
Participação do IVA	429 094,66				
Outras	2 013 776,50				
FEDER	383 210,43				
Outras	949 553,81			42 113,20	
<b>Reversões</b>	<b>30 097,19</b>				
Perdas Por Imparidade	30 097,19				
<b>Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos</b>	<b>1 203 458,02</b>				
<b>Outros</b>	<b>640 002,75</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>54 975 770,84</b>				

O Município de Barcelos considera que as transferências e subsídios obtidos não tem condições. Já a EMEC considerou subsídios como tendo com condições.

## NOTA - 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 15.1 – Provisões

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas. A quantia escriturada final é de 62.384.937,19 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Dado ao elevado valor do processo relativo à AdB – Águas de Barcelos S.A, apresentamos detalhe:

Por contrato de concessão celebrado em 27 de setembro de 2004, tal como aditado em 7 de janeiro de 2005 e em 12 de junho de 2008, entre o Município de Barcelos e a Água de Barcelos, SA (concessionária) foi atribuída a esta última a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento de Barcelos.

No âmbito do processo de arbitragem instaurado pela concessionária em 2010, foi proferido em 18.01.2012 acórdão arbitral aprovado por unanimidade, que julgou integralmente procedente os pedidos da concessionária quanto à reposição do equilíbrio económico-financeiro condenando o Município no pagamento à concessionária de uma compensação financeira direta da seguinte forma: i) pagamento do montante necessário para a reposição do equilíbrio em relação a 2005 a 2009, 24.602.600 € e ii) pagamento de uma prestação anual desde 2010 até ao termo da concessão (2034) no valor de 5.897.179 € (preços 2010).

Posteriormente, foi instaurado pela concessionária contra o Município uma ação executiva para pagamento da compensação financeira na parte, entretanto, vencida, com base no Acórdão Arbitral referido no considerando anterior (Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, 1ª unidade orgânica, sob o nº408/12.9BELSB).

Por sua vez o Município instaurou contra a concessionária uma ação de anulação do Acórdão Arbitral (Tribunal Central Administrativo Norte, sob o nº1/12.6BCPRT).

Para além disso, existe ainda relacionado com o Contrato de Concessão uma ação intentada pela concessionária contra o Município relativa à garantia bancária (Comarca de Lisboa - Instância Central - 1ª Secção Cível - J18 Proc. Nº788/13.9TVLSB).

Por acórdão de 14.03.2014 do Tribunal Central Administrativo Norte foi a ação de anulação do Acórdão Arbitral (Tribunal Central Administrativo Norte, sob o nº1/12.6BCPRT) julgada totalmente improcedente, tendo o Município interposto recurso deste acórdão para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual foi julgado improcedente, tendo o Município novamente interposto recurso agora para o Tribunal Constitucional, que decidiu não conhecer do mesmo, tendo o Município reclamado para a conferência desta decisão.

A concessionária obteve já ganho de causa para as suas pretensões, por acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte proferido no processo nº1/12.6BCPRT, do Tribunal Central Administrativo Norte, confirmado, entretanto pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Neste contexto, é pretensão do Município, em defesa da manutenção e qualidade dos sistemas de abastecimento de águas e recolha de afluentes e do interesse da concessionária, dar cumprimento ao Acórdão Arbitral através de uma solução negocial que permita, em termos menos



onerosos e mais sustentáveis para o Município, repor o equilíbrio económico-financeiro da concessão e viabilizar a extinção dos processos judiciais existentes.

O primeiro resultado mais visível das negociações entre o Município e a concessionária para um acordo extrajudicial, havia dado origem a um Acordo de Princípio em 2015, que em termos gerais, orientava para o resgate do contrato de concessão de exploração e gestão conjunta dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de afluentes do concelho de Barcelos com o pagamento de uma indemnização pelos danos sofridos e lucros cessantes que ascendia a 87.000.000 €, acrescido da taxa SWAP no valor de cerca 9,8 milhões de euros.

Entretanto durante 2017, e após novas negociações, é assinado um "memorando de entendimento" entre os acionistas da concessionária e o Município com novas condições para o acordo extrajudicial desejado.

Em traços gerais as partes entenderam cumprir o Acórdão Arbitral e concretizar a reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão da seguinte forma:

i) Revisão do tarifário, revisão do plano de investimento e eliminação da obrigação de pagamento de retribuição ao Município nos termos previstos no terceiro aditamento ao contrato de concessão (que se encontra em apreciação pela ERSAR).

ii) Pagamento de compensação financeira à concessionária nos seguintes termos:

a) 44.500.000 €, que servirão para a concessionária liquidar diversas dívidas a fornecedores, sendo o mais relevante a Somague, Alexandre Barbosa Borges, ACE e realizar os investimentos previstos no plano revisto.

b) 7.000.000 €, que comprarão 24% da participação financeira que a Somague Ambiente - SGPS, SA detém, atualmente, na Águas de Barcelos, SA (ações, suprimentos, juros de suprimentos e prestações acessórias).

c) 7.500.000 €, que comprarão 25% da participação financeira que a Alexandre Barbosa Borges, SA e Gaspar Barbosa Borges detém, atualmente, na Águas de Barcelos, SA (ações, suprimentos, juros de suprimentos e prestações acessórias).

iii) Prorrogação do prazo de vigência de contrato de prestação de serviços entre a Hidurbe e a concessionária até ao termos de vigência da concessão e integração no respetivo objeto das novas infraestruturas decorrentes no plano de investimentos revisto.

Este acordo carece, ainda, da verificação de autorizações prévias e de formalidades que se encontram em execução.

Para já a adenda ao contrato de concessão foi aprovada em reunião de Câmara realizada em 7 de novembro de 2017 e na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2017, aguardando-se o parecer favorável da ERSAR.

Foi, ainda, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2017, por proposta da Câmara Municipal aprovada em 15 de dezembro de 2017, um empréstimo bancário no valor de 50.530.000 € que se destinará a financiar o referido acordo.

Após a receção do parecer favorável da ERSAR o acordo será enviado para o Tribunal de Contas fiscalizar no âmbito das suas competências.

Dado que o contrato de concessão existente ainda permanece, para todos os efeitos, em vigor, o Município contabilizou a retribuição anual de 2021 em Outros proveitos e ganhos operacionais, num montante igual a 396.720.09 €. Este valor foi, desta forma, adicionado ao valor das retribuições anuais relativas aos anos que se encontram em dívida.

O valor global da dívida da concessionária, relativa às retribuições anuais no âmbito do contrato de concessão, ascendia, no final de 2021, a cerca de 3,84 milhões de euros. No âmbito do acordo extrajudicial em apreço este valor não será recebido pelo Município pelo que foi incluído no valor da perda por imparidade.

Enviado o processo para colher o parecer da ERSAR, ao longo do ano foram prestados diversos esclarecimentos e efetuadas reuniões entre o Município e a entidade reguladora para clarificar o mais possível os termos e o interesse da solução do Acordo proposto.

A ERSAR teceu várias considerações e por imposição foram introduzidos alguns ajustamentos propostos, designadamente ao nível do tarifário, que permitirá cobrar saneamento aos utilizadores que não disponham de serviço de abastecimento de água; foi retirada a possibilidade da prorrogação do prazo de contrato vigente assinado com a Hidurbe e a revisão do caso base a ser efetuada pela entidade que elaborou o contrato original.

Estas sugestões aceites foram submetidas e aprovadas em reunião do órgão executivo realizada em 18-01-2019 e deliberativo na sessão de 26-01-2019, estando o processo a ser preparado para envio ao Tribunal de Contas para efeito de visto prévio.

Entretanto e dado o tempo decorrido sobre a consulta ao mercado para o financiamento deste Acordo, consubstanciado no terceiro aditamento ao Contrato de Concessão, procedeu-se a nova consulta às entidades bancárias para o mesmo valor e condições, tendo a Câmara Municipal deliberado, em reunião realizada no dia 5-04-2019 a submissão do processo à Assembleia Municipal, entidade competente para autorizar a aprovação.

Em 31 de maio de 2021 as partes não outorgaram a escritura por motivos alheios ao município, no entanto mantêm-se os contactos e as negociações com vista a manter o acordo de aquisição de 49% do capital da Águas de Barcelos, S.A.

À data, o entendimento expresso da sociedade de advogados externa do Município é de que a ação executiva continua suspensa, dado que nenhuma parte requereu que prosseguisse; foi também referido que a Câmara dispunha de pelo menos duas ou três soluções legais a implementar que impediriam a execução da decisão arbitral. Em função do atrás referido, a dívida não foi considerada exequível.

O atual executivo, que tomou posse em 18.10.2021, tem mantido negociações com os acionistas da empresa concessionária, AdB – Águas de Barcelos S.A. no sentido de encontrar a melhor solução para a problemática que decorre da execução do contrato de concessão. De referir que a 19/10/2021 a AdB – Águas de Barcelos S.A requereu o procedimento da ação executiva mencionando que suspenderá a mesma se vier a entender que as negociações assim o justificam.

Dado o pouco tempo decorrido desde o início das funções do atual executivo, não existe ainda qualquer tomada de posição sobre o assunto.



Quadro 15.1A – Provisões 2021

Provisão	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)		
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	62.213.546,05	458.066,63	0,00	0,00	458.066,63	0,00	286.675,49	0,00	286.675,49	0,00	62.384.937,19
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões 2020

Provisão	Quantia Escriturada Inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)		
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	60.691.639,97	1.724.583,95	0,00	0,00	1.724.583,95	0,00	202.677,87	0,00	202.677,87	0,00	62.213.546,05
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several initials on the left.

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/Outros	Valor provisão
1395.132	Rodrigo Maria Azevedo Soares Cordeiro da Silveira	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	8 236,00 €	5 200,00 €
1395.144	José Ferreira Viana	Ação Administrativa peticionando a invalidade do despacho do Presidente da Câmara de Barcelos de 07/01/2010, 10/05/2010 e 07/06/2010	30 000,01 €	30 000,01 €
1395.201	José Moreira Fernandes e Filhos, S.A.	Ação Administrativa comum – Resolução de um contrato de empreitada	1 231 357,62 €	549 842,22 €
1395.228	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa Comum	1 166 748,74 €	583 374,37 €
1395.233	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa	109 539,91 €	54 769,96 €
1395.242	ABB – Alexandre Barbosa Borges	Ação Administrativa Comum	248 075,93 €	124 037,97 €
1395.309	Maria de Fatima Ramires	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	1 958,32 €	979,16 €
1395.315	Avelino dos Santos e Outros	Ação administrativa – resolução de contrato promessa e consequente restituição do prédio objeto da mesma	15 000,00 €	7 500,00 €
1395.326	Maria de Fátima da Silva Oliveira	Ação administrativa especial de pretensão conexa – anulação de despacho	30 000,01 €	15 000,01 €
1395.337	António Paulo Serra Areal da Silva	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	11 892,48 €	11 892,48 €
1395.347	Fernando Jorge Carvalho Maciel	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	40 800,00 €	20 400,00 €
1395.354	José Joaquim Pereira Correia e outros	Ação Administrativa Comum peticionando reparação de danos em prédios urbanos	75 000,00 €	37 500,00 €
1395.359	Ana Catarina Magalhães da Costa e Silva	Ação administrativa – impugnado a decisão do recurso hierárquico em sede de procedimento concursal	30 000,01 €	15 000,01 €
1395.360	Martins da Cruz & Cruz	Ação administrativa peticionando que seja declarada a reversão de uma parcela de terreno anteriormente cedida ao domínio público	30 000,01 €	15 000,01 €
1395.362	Maria do Carmo Miranda Eiras Novo de Sousa	Condenação do Município e do Estado Português ao pagamento de uma indemnização	280 122,00 €	140 061,00 €
1395.369	Ilídio Ferreira Molhos Martins Morim e mulher	Ação Administrativa – Indemnização por danos	5 000,01 €	2 090,50 €
1395.370	Ricardo Miguel Leitão Correia	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	5 026,87 €	2 513,44 €
1395.372	José Porfírio da Costa Ferreira	Ação Administrativa Comum – Reconhecimento da propriedade e pagamento de indemnização	200 000,00 €	100 000,00 €
1395.379	Emília Jesus Abreu Miranda	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	559,85 €	279,50 €
1395.387	José Manuel de Oliveira Carvalho e outros	Ação Administrativa de responsabilidade civil	5 630,13 €	2 815,07 €
1395.411	Rosa da Piedade Duarte Faria	Ação Administrativa Comum – Reparação de danos solidariamente	30 000,00 €	15 000,00 €
1395.423	Manuel Oliveira Ribeiro	Ação Declarativa Comum de Condenação	45 000,00 €	22 500,00 €
1395.428	Maria Elvira Faria da Silva Rego e Outros	Ação Administrativa de condenação	14 495,75 €	7 247,88 €
1395.433	ABB – Alexandre barbosa Borges, S.A	Ação Administrativa de Condenação	815 014,54 €	397 507,23 €
1395.434	ABB – Alexandre Barbosa Borges II – Imobiliária S.A	Ação Declarativa Comum de Condenação	598 719,32 €	299 359,66 €



Consolidação de Contas | 2021  
Município de Barcelos

61/79

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/Outros	Valor provisão
1395.448	Agostinho Malheiro Coelho – Construções Lda	Ação Administrativa de Condenação	116 762,79 €	58 023,73 €
1395.451	Costa & Carreira Lda	Ação Administrativa – Exclusão de proposta de procedimento concursal	140 000,00 €	70 000,00 €
1395.461	Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA	Ação Administrativa – Responsabilidade Civil	2 079,32 €	1 039,66 €
1395.463	Alexandre Agostinho da Rosa Peixoto	Processo de insolvência de pessoa singular	30 000,01 €	15 000,01 €
1395.469	G Protect – Segurança Privada Unipessoal, Lda	Ação Administrativa – Peticionando a modificação de contrato público	63 364,70 €	31 682,35 €
1395.474	Júlia da Conceição Silva Soares	Ação Administrativa de responsabilidade civil	34 769,48 €	17 384,74 €
1395.476	Liberty Seguros	Ação Administrativa de responsabilidade civil	19 679,93 €	9 839,97 €
1395.477	Gertal SA	Ação Administrativa – peticionando o pagamento de indemnização a título de enriquecimento sem causa	115 967,30 €	115 967,30 €
1395.481	Jaime Manuel Vilas Boas da Costa	Petição inicial com fundamento na responsabilidade civil	1 888,30 €	944,15 €
1395.489	Teresa Dana Rodrigues Queirós	Ação Administrativa – peticionando o pagamento de indemnização por danos sofridos em consequência de uma suposta queda	97 809,51 €	48 904,76 €
1395.382	STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação administrativa de condenação à prática do ato devido	30 000,01 €	15 000,01 €
1395.404	Carlos Manuel Alves Tavares	Peticiona a reintegração num departamento da CMB	80 000,00 €	40 000,00 €
1395.430 e 1395.443	João Carlos Pereira Correia	Acidente de trabalho	8 000,00 €	4 000,00 €
1395.438	Fernando Carlos Anastácio Cabral e Maria da Conceição Costa Martins	Ação Executiva	56 669,00 €	56 669,00 €
1395.441	STA – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação Administrativa de condenação	30 000,01 €	30 000,01 €
1395.460	João Carlos Pereira Correia	Ação Administrativa	20 000,00 €	10 000,00 €
1395.479	Rosa de Oliveira Reis	Peticiona a condenação do Município por danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos, na sequência de acidente de viação.	34 359,00 €	34 359,00 €
1395.486	AF Costa – Comercialização de Produtos de Jardinagem Lda	Procedimento de injunção	88 734,52 €	88 734,52 €
1395.490	Filipe Manuel Cunha Oliveira e Vânia Sofia Oliveira Lima	Oposição à execução mediante embargos	49 947,44 €	49 947,44 €
1395.512	Sociedade de Construções António Monteiro e C.ª Lda	Ação Administrativa comum	211 865,02 €	211 865,02 €
1395.526	Ana Fernanda Pontes Lopes	Lide Administrativa, por via da qual a autora Impugnou o ato administrativo	10 267,27 €	5 133,64 €
1395.529	Maria Goreti Silva Miranda	Ação relativa a danos patrimoniais e não patrimoniais	21 142,92 €	10 571,46 €
	AdB - Águas de Barcelos SA		59 000 000,00 €	59 000 000,00 €
<b>TOTAL</b>			<b>65 291 484,04 €</b>	<b>62 384 937,22 €</b>



## 15.2 – Passivos Contingentes

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais, remetidos pelos advogados que prestam patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões, por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, sendo os mesmos periodicamente reavaliados.

Quadro 15.2 – Descrição dos Passivos Contingentes

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros
1395.171	Maria Celeste Leiras Lopes	Ação de responsabilidade civil decorrente de Acidente de viação	192 133,71 €
1395.183	Alexandre Barbosa Borges, SA	Ação administrativa comum – peticionando o pagamento relativo a revisão de preços de diversas empreitadas	337 275,30 €
1395.299	MEO	Ação Administrativa – anulação de ato que determina a remoção de infraestrutura de telecomunicações	8 000,00 €
1395.346	Otilia Maria Martins Vieira Cruz	Ação administrativa – peticionando a declaração de ilicitude do despedimento	30 000,01 €
1395.367	Manuel Correia Martins e outros	Ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo	30 000,01 €
1395.383	Maria Adelina Bandeira Correia Lopes dos Santos e outros	Ação administrativa peticionando a condenação do Município a tomar posse administrativa do prédio em que é comproprietária e nele levar a cabo obras de conservação	30 000,01 €
1395.412	IMOBARCEL – Imobiliária, L.da	Ação declarativa comum – demarcação de prédios	55 000,00 €
1395.415	Manuel Correia Carones e outros	Ação administrativa de condenação à prática de atos administrativos	30 000,01 €
1395.428	Maria Elvira Faria da Silva Rego e Outros	Ação Administrativa de condenação	14 495,75 €
1395.432	Município de Barcelos	Ação Administrativa - peticionando a condenação de satisfazer o pedido formulado	30 000,01 €
1395.452	Back on Track, Lda	Processo de insolvência de pessoa coletiva	30 000,01 €
1395.454	Maria de Fátima Prata da Costa	Ação de intimação para prestação de informações e passagem de certidões	5 000,01 €
1395.456	Campos & Durães – Estação de Serviço L.da	Processo de insolvência de pessoa coletiva	30 000,01 €
1395.457	Galp Power SA	Procedimento de injunção	125 302,20 €
1395.458	Beatriz Barbosa, Sociedade Unipessoal, L.da	Processo de insolvência de pessoa coletiva	30 000,01 €
1395.466	Matadouro e Carnes Linda Rosa, Lda	Ação cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo	20 000,00 €
1395.468	Avelino Simões Lopes e Outros	Ação de demarcação – pretendem ver demarcados os prédios indicados na petição inicial	31 000,00 €
1395.470	Carlos Ferreira da Silva e Outros	Ação Cautelar de Suspensão da eficácia do ato de licenciamento de obras de demolição	30 000,01 €
1395.471	Tecnocampo – Sociedade de Construções e Obras Públicas, SA	Ação de Contencioso pré-contratual – impugnação de ato administrativo de adjudicação no âmbito de procedimento concursal	881 122,84 €
1395.472	Caprichos e Peripécias – Unipessoal	Processo de insolvência de pessoa coletiva	30 000,01 €
1395.393	Jorge Manuel Barbosa Dantas	Ação de Processo Comum (laboral)	10 322,00 €
1395.525	Alpendre dos Sorridos, L.da	Ação "de nulidade" – com vista a declaração de nulidade do processo de toponímia	20 000,00 €
1395.330	Carlos Nunes Ferreira Lomar	Ação declarativa Comum – Reconhecimento de acordo celebrado	16 000,00 €
1395.343	Carlos Rui Ferreira Lopes Correia e Outros	Ação Administrativa Comum destinada à reparação de danos	26 269,18 €
1395.402	Célia Martins Faria	Ação Reivindicação	30 000,01 €
1395.405	Carlos Agostinho Neiva Cruz	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	2 298,77 €
<b>TOTAL</b>			<b>2 074 219,87 €</b>



### 15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2021 em que se torna praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

### NOTA - 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, a entidade consolidante avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando houve evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por outro lado, se não houve evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que a entidade mãe tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras consolidadas e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Acresce informar que a partir do ano 2020 viveu-se e vive-se uma crise sanitária causada pela pandemia COVID-19, que se traduziu numa recessão económica a nível mundial, tendo levado à definição de medidas de carácter excepcional no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica e reposição da normalidade.

A invasão da Ucrânia que ocorreu no início de 2022 com a aplicação de sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia, terá implicações nos preços e disponibilidade de matérias-primas, energia e outros.

Não obstante a atual situação não se vislumbra que a aplicação destas medidas possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do período económico de 2021.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras consolidadas do período económico de 2021.

### NOTA - 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 18.1 – Ativo

##### a. Imparidade de ativos geradores de caixa

Quadro 18.1A – Imparidade de Ativos geradores de caixa 2021

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	AGC	2.492.383,92	1 908 990,15	583.393,77	0,00	0,00
Outros Devedores	AGC	4 595 646,09	4 595 646,09	0,00	0,00	0,00
Participações Financeiras	AGC	3.726.615,51	24 500,00	3 702 115,51	0,00	0,00

Imparidade de Ativos geradores de caixa 2020

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	1 853 521,71	1 743 578,21	109 943,50		
Outros Devedores	AGC	4 205 038,63	4 201 463,15	3 575,48		
Participações Financeiras	AGC	3 726 615,51	24 500,00	3 702 115,51		

Está reconhecido um Ativo de 755.000,00 € relativo à remuneração nos termos do contrato de gestão com a ex-Águas do Noroeste a que o Município terá direito.

Relativamente à ADB as retribuições anuais no âmbito do contrato de concessão, ascende no final de 2021, a cerca de 3.840.645,91 € (ver nota n.º 15).

b. Clientes, contribuintes e utentes

Quadro 18.1B – Decomposição de saldos de Clientes, contribuintes e utentes

Ativo	2021	2020
Cientes	907,28	3 575,48
Contribuintes	1 206,76	2 615,70
Utentes	579 224,73	103 752,32
Cientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.908.990,15	1 743 578,21
<b>TOTAL</b>	<b>2.492.383,92</b>	<b>1 853 521,71</b>

18.2 – Património líquido

Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5  
“Património, Reservas e Resultados transitados” – 2021

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22	0,00	0,00	23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial	1	241 960,00	0,00	317 957,60	-75 997,60
55.1 - Reservas legais	2	10 199 526,39	209 216,90	0,00	10 408 743,29
55.2.1 - Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	2	89 092 611,37	4 192 766,44	209 216,90	93 076 160,91
56.2 - Regularizações	5	0,00	3 877 345,16	2 424 446,88	1 452 898,28
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP	6	0,00	13 527 662,69	1 843 331,99	11 684 330,70
59.3 - Transferências e subsídios de capital	3	29 944 704,71	5 896 047,81	1 137 007,29	34 703 745,23
59.4 - Doações obtidas	4	263 973,83	185 829,36	0,00	449 803,19
59.7 - Transferência de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>153 007 518,52</b>	<b>27 888 868,36</b>	<b>5 931 960,66</b>	<b>174 964 426,22</b>



1. Maioritariamente referente à inventariação de um ativo
2. Aplicação do resultado líquido do período: 3.983.549,54 € para resultados transitados e 209.216,90 € para reforço das reservas legais, conforme deliberado
3. Os aumentos correspondem aos valores de receita de capital de Subsídios ao Investimento e as diminuições correspondem à imputação dos subsídios ad investimento a rendimentos
4. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público.
5. Regularizações estabelecimentos escolares conforme descrito na nota 2.7.
6. Ver descritivo na nota 2.7 do presente anexo.

**Movimentos ocorridos nas contas da classe 5 – “Património, Reservas e Resultados transitados” - 2020**

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22			23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial	1		241 960,00		241 960,00
55.1 - Reservas legais	2	9 934 181,38	265 345,01		10 199 526,39
55.2.1 - Reservas livres					0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	2	83 906 456,31	5 451 500,07	265 345,01	89 092 611,37
56.2 - Regularizações					0,00
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP					0,00
59.3 - Transferências e subsídios de capital	3	25 266 309,60	5 881 853,13	1 203 458,02	29 944 704,71
59.4 - Doações obtidas	4	237 557,68	26 416,15		263 973,83
59.7 - Transferência de ativos					0,00
<b>TOTAL</b>		<b>142 609 247,19</b>	<b>11 867 074,36</b>	<b>1 468 803,03</b>	<b>153 007 518,52</b>

1. Maioritariamente referente à inventariação de um ativo
2. Aplicação do resultado líquido do período: 5.041.555,22 € para resultados transitados e 265 345,01 € para reforço das reservas legais, conforme deliberado
3. Os aumentos correspondem aos valores de receita de capital de Subsídios ao Investimento e as diminuições correspondem à imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos
4. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público.

18.3 – Passivo

c. Financiamentos obtidos

Quadro 18.3A-Decomposição dos saldos das contas de Financiamentos obtidos

Descrição	2021	2020
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo	2 367 778,77	3 254 382,09
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a curto prazo	2 125 656,68	3 083 273,72
<b>TOTAL</b>	<b>4 493 435,45</b>	<b>6 337 655,81</b>

Descrição	2021	2020
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	394 635,73	2 630 195,27
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	4 098 799,72	3 707 460,54
<b>TOTAL</b>	<b>4 493 435,45</b>	<b>6 337 655,81</b>

d. B Fornecedores

Quadro 18.3B-Decomposição dos saldos das contas de Fornecedores

Descrição	2021	2020
Fornecedores C/C	2 332 423,12	2 540 208,70
Fornecedores de investimentos	1 420 785,77	661 356,67
<b>TOTAL</b>	<b>3 753 208,89</b>	<b>3 201 565,37</b>

e. C - Outras Contas a pagar

Quadro 18.3C-Decomposição dos saldos das Outras contas a pagar

Descrição	2021	2020
Credores por acréscimos de gastos (Remunerações, energia, água, seguros, outros)	4.175.472,524	4 038 134,08
Outros credores (Freguesias, FAM, Outras Entidades)	487.288,05	220 421,66
Cauções (Empreitadas)	1 337 004,71	1 121 745,56
<b>TOTAL</b>	<b>5.999.765,28</b>	<b>5 380 301,30</b>



## NOTA - 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 1 de janeiro de cada ano.

O Município de Barcelos não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

O número de trabalhadores da entidade consolidante, a 31 de dezembro de 2021, era de 1339, sendo 1199 do Município como entidade individual e 140 da EMEC.

O seguinte quadro representa os gastos com pessoal:

**Quadro 19.1 – Gastos com pessoal**

Designação	2021	2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	723 975,67	734 712,57
Remunerações do pessoal	17 918 810,96	13 468 825,42
Benefícios Pós-emprego	19 634,36	16 990,59
Indemnizações	135.249,25	4 668,15
Encargos sobre remunerações	4 243 941,06	3 225 890,38
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	311 536,01	183 446,19
Outros gastos com o pessoal	696 008,06	685 469,28
Outros encargos sociais	626 518,17	580 131,40
<b>TOTAL</b>	<b>24 675.673,54</b>	<b>18 900 133,98</b>

## NOTA - 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nos quadros seguintes apresenta-se o grau de controlo exercido pelo Município de Barcelos sobre a sua participada e as transações entre partes relacionadas.

**Quadro 20.1 – Listagem das entidades controladas**

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Empresa Municipal	Rua da Feiteira, n.º 10, Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	250 000,00	250 000,00	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 – Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Entidade Controlada	Atribuição de subsídio à exploração	800 873,70			
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	7 142,00		2 055,00	
		Outros	53,04			

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Quadro 20.3 – Pessoas chave da gestão do Município de Barcelos

Nome	Órgão/Cargo	Vencimentos	Período de responsabilidade	Morada
Miguel Jorge da Costa Gomes	Presidente da Câmara	29 897,91 €	01/01/2021 a 18/10/2021	Rua SJoão de Brito, nº 87, R/c Trás, 4750-173 Arcozelo BCL
Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro	Vereador em regime de tempo inteiro	23 411,04 €	01/01/2021 a 18/10/2021	Rua 25 de Julho, n.º 30, 4905-019 Aldreu
	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	
Anabela Pimenta de Lima Deus Real	Vereador em regime de tempo inteiro	23 424,20 €	01/01/2021 a 18/10/2021	Travessa D. Diogo Pinheiro, nº22, 203, 2º andar, 4750-282 Barcelos
	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	
António Francisco dos Santos Rocha	Vereador em regime de tempo inteiro	24 806,97 €	01/01/2021 a 18/10/2021	AV. Nossa Senhora de Fátima, nº 381, 4750-154 Arcozelo BCL
	Vereador em regime de meio tempo	3 591,62 €	01/01/2021 a 02/04/2021	
Ilca Maria Fonseca Trilho Silva	Vereador regime não permanência	- €	Participação nas reuniões de câmara em substituição do Vereador José António Maciel Beleza Ferraz (23/04/2021; 07/05/2021;11/06/2021; 01/07/2021; 30/07/2021; 03/09/2021; 17/09/2021)	Rua Tomé de Sousa n.º 138, 6º andar, 4750-217 Arcozelo BCL
	Vereador regime não permanência	- €	Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Maria Isabel Neves de Oliveira ( 08/11/2021; 22/11/2021; 06/12/2021; 10/12/2021)	
José Gomes Pereira	Vereador regime não permanência	- €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção da ausência às reuniões de câmara: 02/02/2021; 09/04/2021; 01/07/2021; 30/07/2021; 17/09/2021	Travessa do Sol, nº11, 4755-503 Sequeade
	Vereador regime não permanência	- €	03/04/2021 a 18/10/2021, com exceção nas seguintes datas de ausência às reuniões de câmara: 23/04/2021; 07/05/2021;11/06/2021; 01/07/2021; 30/07/2021; 03/09/2021; 17/09/2021	
José António Maciel Beleza Ferraz	Vereador regime não permanência	- €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção nas seguintes datas de ausência às reuniões de câmara: 02/02/2021; 12/02/2021; 15/03/2021; 11/06/2021; 17/09/2021	Rua Monsenhor Lopes da Cruz, nº 34, 4750-313 Barcelos
	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	
Domingos Ribeiro Pereira	Vereador em regime de tempo inteiro	6 027,02 €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção da ausência à reunião de câmara: 17/09/2021	Travessa D. Diogo Pinheiro, n.º 22, cx 201, 4750-282 Barcelos
	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	
António Jorge da Silva Ribeiro	Vereador em regime de tempo inteiro	5 708,13 €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção da ausência à reunião de câmara: 17/09/2021	Praçeta Dulce de Montalvo, Bloco 1, 3º Direto Trás, 4750-283 Barcelos
	Vereador em regime de tempo inteiro	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

# Consolidação de Contas | 2021

## Município de Barcelos

70/79

Nome	Órgão/Cargo	Vencimentos	Período de responsabilidade	Morada
Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	Vereador regime não permanência Presidente da Câmara	- € 6 757,42 €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção nas seguintes datas de ausência às reuniões de câmara: 08/01/2021; 03/09/2021; 17/09/2021 19/10/2021 a 31/12/2021, com exceção da ausência à reunião de câmara: 20/12/2021	Rua da Fábrica, nº 1, 4740-141 Apúlia
José Gomes dos Santos Novais	Vereador regime não permanência	- €	01/01/2021 a 18/10/2021	Rua do Outeiro, nº 191, 47555-262 Macieira de Rates
Mariana Teixeira Batista Carvalho	Vereador regime não permanência Vereador em regime de tempo inteiro	- € 5 491,86 €	01/01/2021 a 18/10/2021, com exceção da ausência às reuniões de câmara: 11/06/2021; 17/09/2021 19/10/2021 a 31/12/2021	Rua de junho 235, 4750-847 Vila Frescaíma S. Pedro
Odete Sofia da Silva Lomba de Araújo	Vereador regime não permanência	- €	Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Mariana Teixeira Batista Carvalho a 11/06/2021	Rua Nossa Senhora do Rosário, nº965, 4755-582 Vilar de Figos
Maria Elisa Azevedo Leite Braga	Vereador em regime de tempo inteiro	5 290,06 €	19/10/2021 a 31/12/2021	Rua Frei Pedro Poiares 63F, Ap 35, 4750-326 Barcelos
Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis	Vereador regime não permanência	- €	Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes (03/09/2021)	Ruas das Areias, nº 26, 3ºdt, 4455-596 Perafita
Maria Isabel Neves de Oliveira	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021 19/10/2021 a 31/12/2021, com exceção nas seguintes datas de ausência: 07/11/2021 a 11/11/2021; 21/11/2021 a 25/11/2021; 05/12/2021 a 14/12/2021	Rua de Santa Eulália, nº 977, 4775-205 Negreiros
Horácio Rodrigues de Oliveira	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 31/12/2021	Rua Fernando Magalhães, Edif. Barrocas, nº 68, 1º, 4750-290 Barcelos
Alexandre Miguel Gonçalves Maciel	Vereador regime não permanência	- €	19/10/2021 a 18/11/2021, com exceção do período de ausência de 25/10/2021 a 18/11/2021. Pede suspensão do mandato autárquico com início a 19/11/2021 que se mantém até 31/12/2021, sendo substituído pelo Vereador Luis Alberto Gonçalves Machado Participação nas reuniões de câmara em substituição do Vereador Alexandre Miguel Gonçalves Maciel nas reuniões de câmara de 25/10/2021 e 08/11/2021	Rua Frei Pedro Poiares- Edifício Fersil 2, nº63-F, Andar 4º-41; 4750-326 Barcelos
Luis Alberto Faria Gonçalves Machado	Vereador regime não permanência	- €	19/11/2021 a 31/12/2021	Lugar dos Penedos, nº 55; 4755-063 Barcelinhos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'A. Pereira' and other initials like 'HS' and 'SA'.



Empresa Municipal de Educação e Cultura Barcelos

Nome	Cargo	Data (Início - Fim)
Luís Cassiano de Faria Lages Torres	Presidente	02-11-2020 - 07-11-2021
Hélder Duarte Grácio Tomé	Vogal	02-11-2020 - 07-11-2021
Catarina Marina Faria Duarte	Vogal	02-11-2020 - 07-11-2021
Jorge Manuel Oliveira da Cruz	Presidente	08-11-2021
Francisco Félix Araújo Pereira	Vogal	08-11-2021
Sara Cristina Rebelo Magalhães	Vogal	08-11-2021

NOTA - 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação da Entidade	N.I.P.C.	% Interesses	
		Propriedade Detidos	Direitos de Voto
Águas do Norte, S.A	509436595	1,40%	
Cooperativa Elétriva do Vale D'Este	500960577	1,67%	
Municípiã, EM, S.A.	504635417	0,15%	
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	504475606	17,70%	
Fundo de Apoio Municipal	503694398	0,41%	
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	513319182	1)	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	1)	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	508779472	1)	
Fundação de Serralves	502266643	1)	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	1)	
RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	Q1300281A	1)	
Agência Energia do Cávado	509401848	1)	
CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	505214504	1)	
Associação Internacional de Cidades Educadoras	G1045605	1)	
Confraria do Vinho Verde	502228644	1)	
Associação Educacional, Social e Recreativa de Form Perm. Barcelos Sénior	510310729	1)	
ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	503408077	1)	
Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	514874201	1)	

1. Relativamente a estas entidades o Município contribui em termos gerais com uma quota anual ou nas despesas de funcionamento nos termos dos orçamentos aprovados.

No relacionamento com as entidades em que o Município participa e se faz representar, acontece pontualmente de serem apresentadas candidaturas a financiamento externo, designadamente comunitário, que beneficia especificamente um ou um grupo de Municípios, situação em que são chamados a contribuir com a parte relativa à contrapartida nacional.

## NOTA - 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 23.1 Decomposição de Fornecimento e serviços externos

Quadro 23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Designação	2021	2020
Serviços de saúde	35 120,00	20 575,86
Tratamento de RSU's	391 560,49	83 188,86
TGR - Taxa de Gestão de Resíduos	0,00	549 792,77
Iluminação Pública	1 978 262,67	2 235 461,94
Trabalhos especializados	1 574 062,37	946 474,51
Publicidade, comunicações e imagem	273 556,86	130 199,46
Vigilância e segurança	637 661,29	514 989,76
Honorários	187 170,05	0,00
Comissões	570 729,88	485 670,87
Conservação e reparação	340 981,26	268 215,44
Materiais de Consumo	422 456,50	573 212,69
Energia e fluidos	1 665 738,54	1 278 627,92
Deslocações e estadas	191 918,62	29 086,86
Transportes de pessoal e mercadorias	6 207,30	4 951,46
Transporte escolar	1 644 728,66	1 448 503,98
Rendas e alugueres	519 130,01	590 481,70
Comunicação	210 477,79	225 738,75
Seguros	210 363,72	179 442,26
Limpeza, higiene e conforto	314 308,67	0,00
Serviços desportivos	58 050,91	67 806,98
Refeições Escolares	1 952 940,48	1 145 891,82
Outros	604 101,44	618 005,94
<b>TOTAL</b>	<b>13 789 527,51</b>	<b>11.396.319,83</b>



### 23.2 Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e Subsídios Concedidos	2021	2020
<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>5 854 850,03</b>	<b>4 344 762,31</b>
Associações de Municípios	92 885,00	47 782,00
Freguesias	1 809 088,38	1 007 854,90
Empresas Locais	0,00	0,00
Associações eorg. Desportivas, recreativas e lazer	585 659,10	494 344,00
Associações Humanitárias e de Assistência Social	371 805,82	592 700,80
Outras Associações e Organizações	128 023,02	36 952,64
Associação de Educação e Cultura	1 478 295,86	1 180 391,44
COVID-19	247 210,91	0,00
Famílias	1 141 881,94	984 736,53
<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>1 237 746,89</b>	<b>1 158 972,86</b>
Associações de Freguesias	2 356,58	10 000,00
Freguesias	0,00	12 000,00
Outros	1 235 390,31	1 136 972,86
<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>11 675 006,87</b>	<b>9 455 206,44</b>
Freguesias	10 586 967,01	8 561 842,27
Associações e org. desportivas, recreativas e lazer	472 795,60	347 903,60
Associações Humanitárias e de Assistência Social	435 379,43	396 221,49
Associações de Educação e Cultura	32 206,00	26 500,00
Outras Associações e Organizações	140 500,00	55 750,00
Famílias	7 158,83	66 989,08
<b>TOTAL</b>	<b>18 767 603,79</b>	<b>14 958 941,61</b>

### 23.3 Outras informações relevantes (art. 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Quadro 23.3.1 – Endividamento Consolidado

Descrição	2021	2020
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	394 635,73	2 630 195,27
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	4 098 799,72	3 707 460,54
<b>TOTAL</b>	<b>4 493 435,45</b>	<b>6 337 655,81</b>

Quadro 23.3.2 – Endividamento Consolidado Entidades

Código / Designação das Contas	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
Financiamentos Obtidos	3 243 435,45	1 250 000,00	4 493 435,45
<b>TOTAL</b>	<b>3 243 435,45</b>	<b>1 250 000,00</b>	<b>4 493 435,45</b>

Quadro 23.3.3 – Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço

Código / Designação das Contas (1)	Dívidas a terceiros a vencer nos próximos 5 anos		
	Município de Barcelos (2)	EMEC, E.M. (3)	TOTAL (4) = (2) + (3)
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	272 475,26	214 812,79	487 288,05
Fornecedores	2 290 453,00	41 970,12	2 332 423,12
Estado e outros entes públicos	304 064,68	131 314,50	435 379,18
Financiamentos obtidos	2 848 799,72	1 250 000,00	4 098 799,72
Fornecedores de investimentos	1 420 785,77	0,00	1 420 785,77
Outras contas a pagar	4 500 236,22	162 524,35	4 662 760,57
Outros passivos financeiros	1 064 665,79	0,00	1 064 665,79
<b>TOTAL</b>	<b>11 636 814,65</b>	<b>1 800 621,76</b>	<b>14 502 102,20</b>

Quadro 23.3.4 – Informação sobre Saldos e Fluxos financeiros

Tipo de fluxos 1	Município de Barcelos - EMEC, E.M.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial 2	Obrigações constituídas no exercício 3	Anulações no exercício 4	Pagamentos do exercício 5	Saldo final 6 = (2+3) - (4+5)	Saldo Inicial 7	Direitos constituídos no exercício 8	Anulações do exercício 9	Recebimentos do exercício 10	Saldo final 11 = (7+8) - (9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	800 873,70	0,00	800 873,70	0,00	0,00	800 873,70	0,00	800 873,70	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	7 142,00	0,00	5 087,00	2 055,00	0,00	7 142,00	0,00	5 087,00	2 055,00
Participações em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	53,04	0,00	53,04	0,00	0,00	53,04	0,00	53,04	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>808 068,74</b>	<b>0,00</b>	<b>806 013,74</b>	<b>2 055,00</b>	<b>0,00</b>	<b>808 068,74</b>	<b>0,00</b>	<b>806 013,74</b>	<b>2 055,00</b>



## 23.4 Outros

O fiscal único do Município de Barcelos é a entidade Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda, sendo os honorários relativos aos anos de 2019, 2020 e 2021 o montante de 14.612,40 € (iva incluído) anual.

Não existem dívidas ao “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora.

A NCP27 que orienta a Contabilidade de Gestão ainda não está completamente implementada, não prejudicando, contudo, o apuramento dos Gastos e Rendimentos.

### AGREGAÇÃO DOS DADOS E DE ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRA PERÍMETRO

	Entidade	Contas	Débito	Crédito	Fundamentação
Município / EMEC	Município	411113		250 000,00 €	1)
	EMEC	511	250 000,00 €		1)
	Município	419	250 000,00 €		2)
	Município	56		250 000,00 €	2)
	Município	61		6 453,00 €	3)
	Município	61		689,00 €	3)
	EMEC	61		53,04 €	3)
	EMEC	711092	6 453,00 €		3)
	EMEC	71	689,00 €		3)
	Município	720302	53,04 €		3)
	Município	60136		800 873,70 €	3)
	Município	22	2 055,00 €		3)
	EMEC	21		2 055,00 €	3)
	EMEC	7511321	800 873,70 €		3)
	Município	Pagamentos	800 873,70 €		4)
	Município	Pagamentos	5 187,00 €		4)
	EMEC	Recebimentos		5 187,00 €	4)
	Município	Recebimentos		53,04 €	4)
	EMEC	Pagamentos	53,04 €		4)
	EMEC	Recebimentos		800 873,70 €	4)

1) Eliminação das participações financeiras.

2) Anulação das provisões para cobertura do capital próprio negativo

3) Eliminação dos custos e proveitos relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

4) Eliminação de recebimentos e pagamentos relativas às transações efetuadas entre entidades que integram o perímetro de consolidação.

4  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

III  
**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS  
CONSOLIDADAS**



10 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	31-12-2021	31-12-2020	Rubrica	Pagamentos	31-12-2021	31-12-2020
	Saldo da gerência anterior	24 890 007,45	16 674 936,59				
	Operações Orçamentais [1]	23 653 692,39	15 256 576,07				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	12 629,40				
	Operações de tesouraria [A]	1 236 515,06	1 418 360,52				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00				
	<b>Receita corrente</b>	<b>71 429 521,73</b>	<b>57 497 315,60</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>48 382 805,81</b>	<b>35 848 529,05</b>
R1	Receita Fiscal	21 717 276,65	20 606 944,37	D1	Despesas com o pessoal	24 372 256,02	17 768 865,44
R1.1	Impostos diretos	21 717 276,65	19 339 506,15	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	18 562 282,09	15 366 927,72
R1.2	Impostos indiretos	0,00	1 267 438,22	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	649 904,46	367 184,02
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	5 160 069,47	4 034 753,70
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 208 192,86	879 950,83	D2	Aquisição de bens e serviços	15 667 016,22	12 063 326,99
R4	Rendimentos de propriedade	3 442 373,42	2 086 105,87	D3	Juros e outros encargos	137 838,69	204 881,97
R5	Transferências e subsídios correntes	40 939 536,28	31 026 111,25	D4	Transferências e subsídios correntes	7 036 291,36	5 113 040,12
R5.1	Transferências correntes	40 939 536,28	31 026 111,25	D4.1	Transferências correntes	5 719 045,00	4 444 823,38
R5.1.1	Administrações Públicas	40 939 536,28	31 026 111,25	D4.1.1	Administrações Públicas	1 869 688,78	986 458,23
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	40 158 277,05	30 013 341,89	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	735 556,69	981 845,96	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	45 702,56	30 923,40	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	1 869 688,78	986 458,23
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	2 695 540,38	2 288 671,38
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	1 153 815,84	1 169 693,77
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	3 075 959,82	2 807 832,05	D4.2	Subsídios correntes	1 317 246,36	668 216,74
R7	Outras receitas correntes	46 182,70	90 569,25	D5	Outras despesas correntes	1 169 403,52	698 414,53
	<b>Receita de capital</b>	<b>5 850 076,42</b>	<b>5 844 965,42</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>20 348 677,03</b>	<b>17 073 591,61</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	46 339,20	D6	Aquisição de bens de capital	8 538 482,21	7 686 202,00
R9	Transferências e subsídios de capital	5 826 498,25	5 798 626,22	D7	Transferências e subsídios de capital	11 715 616,83	9 311 036,49
R9.1	Transferências de capital	5 826 498,25	5 798 626,22	D7.1	Transferências de capital	11 715 616,83	9 311 036,49
R9.1.1	Administrações Públicas	5 826 498,25	5 798 626,22	D7.1.1	Administrações Públicas	10 635 060,06	8 384 697,32
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 826 498,25	5 798 626,22	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	10 635 060,06	8 384 697,32
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 073 397,94	859 350,09
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	7 158,83	66 989,08
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	25 578,17	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29 437,48	17 386,20	D8	Outras despesas de capital	94 577,99	76 353,12
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>77 309 035,63</b>	<b>63 359 665,22</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>68 731 482,84</b>	<b>52 922 120,66</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>803 500,00</b>	<b>1 106 000,00</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>2 742 662,38</b>	<b>3 146 428,84</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	94 942,03	776,73
R13	Receita com passivos financeiros	803 500,00	1 106 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	2 647 720,35	3 145 652,11
	<b>Soma [4]=[2]+[3]</b>	<b>101 766 228,02</b>	<b>79 722 241,29</b>		<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>71 474 145,22</b>	<b>56 068 549,50</b>
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>743 330,19</b>	<b>214 180,38</b>		<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>513 870,28</b>	<b>396 225,84</b>
					Saldo para a gerência seguinte	31 757 857,77	24 890 006,85
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	30 292 082,80	23 653 691,79
					Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	1 465 774,97	1 236 315,06
					<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>8 577 552,79</b>	<b>10 437 544,56</b>
					Despesa primária	68 593 644,15	52 717 238,69
					Saldo corrente	23 046 715,92	21 648 784,55
					Saldo de capital	-14 498 600,61	-11 228 626,19
					Saldo primário	8 715 391,48	10 642 426,53
					<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>101 766 228,02</b>	<b>79 722 241,29</b>
					<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>71 474 145,22</b>	<b>56 068 549,50</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]*

11 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	30-12-2021	30-12-2020	Rubrica	OBRIGAÇÕES	30-12-2021	30-12-2020
	<b>Receita corrente</b>	7 563 220,45	15 585 864,46		<b>Despesa corrente</b>	750 199,52	1 741 196,09
R1	Receita Fiscal	455 324,24	666 248,17	D1	Despesas com o pessoal	375 131,94	451 287,17
R1.1	Impostos diretos	455 324,24	388 931,72	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	298 591,86	224 862,56
R1.2	Impostos indiretos	0,00	277 316,45	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	13 305,59	4 613,27
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	63 234,49	221 811,34
R3	Taxas, multas e outras penalidades	283 247,86	25 844,07	D2	Aquisição de bens e serviços	345 190,06	1 143 288,05
R4	Rendimentos de propriedade	4 598 084,49	13 331 979,33	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	2 168,61	2 168,61	D4	Transferências e subsídios correntes	29 819,24	146 852,31
R5.1	Transferências correntes	2 168,61	2 168,61	D4.1	Transferências correntes	29 819,24	91 932,15
R5.1.1	Administrações Públicas	2 168,61	2 168,61	D4.1.1	Administrações Públicas	18 162,84	5 147,90
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 168,61	2 168,61	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	18 162,84	5 147,90
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	8 650,00	79 416,31
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	3 006,40	7 367,94
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 155 462,36	1 490 691,39	D4.2	Subsídios correntes	0,00	54 920,16
R7	Outras receitas correntes	68 932,89	68 932,89	D5	Outras despesas correntes	58,28	-231,22
	<b>Receita de capital</b>	0,00	0,00		<b>Despesa de capital</b>	303 766,87	544 822,24
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	60 704,45	250 045,94
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferência e subsídios de capital	243 062,42	294 518,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	243 062,42	294 518,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	235 579,33	294 518,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	235 579,33	294 518,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	7 483,09	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	258,30
	<b>Receita efetiva [2]</b>	7 563 220,45	15 585 864,46		<b>Despesa efetiva [5]</b>	1 053 966,39	2 286 018,53
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	0,00	0,00		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	<b>Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]</b>	7 563 220,45	15 585 864,46		<b>Receita Total [7] = [5]+[6]</b>	1 053 966,39	2 286 018,53



## 12 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Autárquico foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas das entidades públicas.

No âmbito das referidas normas é definido o perímetro e o método de consolidação orçamental a observar.

Decorre, também, do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), que os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Fazem parte do grupo autárquico o município, as entidades intermunicipais ou uma entidade associativa municipal e as entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Para efeitos de consolidação de contas e após análise de todas as entidades participadas conclui-se que apenas a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M., cumpre os requisitos de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Barcelos.

O processo de consolidação consistirá na agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações pela totalidade das transações entre as duas entidades.

De referir que estas são as segundas demonstrações orçamentais consolidadas elaboradas pelo Grupo Autárquico de Consolidação do Município de Barcelos, decorrente da adoção, em 2020, do normativo SNC-AP, pelo que já não se verificam as limitações relacionadas com a comparabilidade das rubricas entre períodos no que concerne Demonstração Orçamental de Direitos e Obrigações por Naturezas e Demonstração consolidada de desempenho orçamental.


## ASSINATURAS


### O PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
(Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr.)

### OS VEREADORES

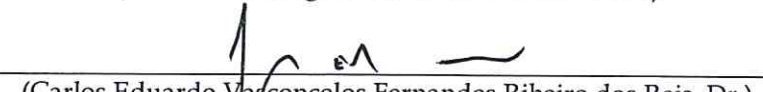
  
(Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Dr.)

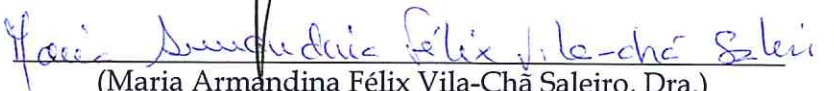
  
(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

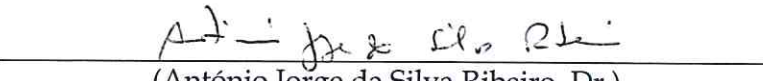
  
(Maria Isabel Neves de Oliveira, Professora Doutora)

  
(Mariana Teixeira Baptista de Carvalho, Dra.)

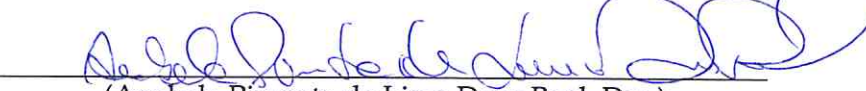
\_\_\_\_\_  
(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

  
(Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis, Dr.)

  
(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dra.)

  
(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

  
(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

  
(Anabela Pimenta de Lima Deus Real, Dra.)



